

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	17
--------------------------------	----

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	20
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	67
---	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	71
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	74
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	75
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2019</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	176.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>176.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	2.493
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>2.493</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
1	Ativo Total	1.076.808	1.410.224
1.01	Ativo Circulante	49.601	55.160
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	305	45
1.01.03	Contas a Receber	13.474	32.512
1.01.03.01	Clientes	825	1.168
1.01.03.01.01	Contas a receber	825	1.168
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	12.649	31.344
1.01.03.02.01	Adiantamento a fornecedores	267	4
1.01.03.02.02	Contas a receber - Partes relacionadas	10.490	22.326
1.01.03.02.03	Outros créditos	1.892	9.014
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.821	3.004
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.821	3.004
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	32.001	19.599
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	32.001	19.599
1.01.08.01.01	Participações a comercializar	32.001	19.599
1.02	Ativo Não Circulante	1.027.207	1.355.064
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	241.995	434.777
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	221.659	417.588
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	221.659	417.588
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	20.336	17.189
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	14.883	11.014
1.02.01.10.04	Outros Créditos	5.453	6.175
1.02.02	Investimentos	774.920	910.456
1.02.02.01	Participações Societárias	774.920	910.456
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	774.920	910.456
1.02.03	Imobilizado	8.084	8.174
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.084	8.174
1.02.04	Intangível	2.208	1.657
1.02.04.01	Intangíveis	2.208	1.657
1.02.04.01.02	Intangíveis	2.208	1.657

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2	Passivo Total	1.076.808	1.410.224
2.01	Passivo Circulante	147.064	163.125
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.824	2.079
2.01.01.01	Obrigações Sociais	199	347
2.01.01.01.01	Impostos, taxas e contribuições	199	347
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.625	1.732
2.01.02	Fornecedores	1.611	4.765
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.611	4.765
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	106.437	115.030
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	80.925	90.484
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	80.925	90.484
2.01.04.02	Debêntures	25.512	24.546
2.01.05	Outras Obrigações	37.192	41.251
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	14.392	14.282
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	14.392	14.282
2.01.05.02	Outros	22.800	26.969
2.01.05.02.04	Outros débitos	22.800	26.969
2.02	Passivo Não Circulante	177.306	362.980
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	41.993	39.405
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	41.993	39.405
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	41.993	39.405
2.02.02	Outras Obrigações	56	0
2.02.02.02	Outros	56	0
2.02.02.02.03	Fornecedores	56	0
2.02.04	Provisões	135.257	323.575
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	135.257	323.575
2.02.04.01.05	Provisão sobre Patrimônio Líquido negativo de Controladas	128.752	317.070
2.02.04.01.06	Provisões para demandas judiciais e administrativas	6.505	6.505
2.03	Patrimônio Líquido	752.438	884.119
2.03.01	Capital Social Realizado	842.979	842.979
2.03.02	Reservas de Capital	38.138	20.772
2.03.03	Reservas de Reavaliação	37.037	43.696
2.03.04	Reservas de Lucros	-10.894	-10.894
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-10.894	-10.894
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-154.822	-12.434

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-110.294	-166.357	-43.838	-20.850
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.648	-14.249	-17.199	-25.417
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-4.973	-7.792	-7.590	-10.573
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-2.397	-3.472	-5.100	-7.409
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-1.040	-2.509	-3.631	-5.793
3.04.02.04	Depreciação do Imobilizado	-152	-305	-112	-223
3.04.02.05	Amortização do Intangível	-28	-55	-61	-126
3.04.02.06	Amortização de ágio sobre investimentos	-58	-116	-705	-1.293
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.211	4.912	7.154	10.088
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	3.211	4.912	7.154	10.088
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.286	-2.307	-1.676	-2.395
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-2.286	-2.307	-1.676	-2.395
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-102.571	-154.713	-32.117	-3.126
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-102.571	-154.713	-32.117	-3.126
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-110.294	-166.357	-43.838	-20.850
3.06	Resultado Financeiro	-803	-1.138	1.788	2.773
3.06.01	Receitas Financeiras	3.968	8.500	7.747	15.711
3.06.01.01	Receitas Financeiras	3.968	8.500	7.747	15.711
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.771	-9.638	-5.959	-12.938
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-4.771	-9.638	-5.959	-12.938
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-111.097	-167.495	-42.050	-18.077
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-111.097	-167.495	-42.050	-18.077
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	7.511	14.669	1.452	3.274
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	7.511	14.669	1.452	3.274
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-103.586	-152.826	-40.598	-14.803
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,59702	-0,88081	-0,23399	-0,08532

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018</b>
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,59702	-0,88081	-0,23399	-0,08532

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-103.586	-152.826	-40.598	-14.803
4.02	Outros Resultados Abrangentes	5.296	10.438	5.067	20.704
4.02.01	Reserva de reavaliação reflexa	5.296	10.438	5.067	10.353
4.02.02	Ajuste ao custo atribuído reflexo	0	0	0	10.351
4.03	Resultado Abrangente do Período	-98.290	-142.388	-35.531	5.901

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-22.635	-144.440
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-8.878	-12.594
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	-152.826	-14.803
6.01.01.04	Depreciação do Imobilizado	305	223
6.01.01.05	Amortização do Intangível	55	125
6.01.01.06	Baixa de Ativo Imobilizado e Intangível	26	9
6.01.01.07	Amortização do ágio	116	1.178
6.01.01.08	Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	7.384	9.195
6.01.01.09	Variações Monetárias de Contratos com Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-3.982	-8.373
6.01.01.12	Resultado de Equivalência Patrimonial	154.713	3.126
6.01.01.15	Resultado de Operações Descontinuadas	-14.669	-3.274
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-13.757	-131.846
6.01.02.02	Contas a receber empresas ligadas, operações comerciais	-9.392	9.167
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-817	627
6.01.02.04	Despesas do Exercício Seguinte e Outros Valores a Receber	7.521	-7.101
6.01.02.05	Fornecedores	-3.098	199
6.01.02.07	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-107	595
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	-148	-6.246
6.01.02.09	Depositos Judiciais	-3.547	-112.000
6.01.02.11	Adiantamentos de Clientes e Outras Contas a Pagar	-4.169	0
6.01.02.12	Outras variações de ativos e passivos	0	-17.087
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	4.468	40.470
6.02.01	Investimentos em Controladas e Coligadas	-14.244	-80.488
6.02.03	Recebimento da venda de investimento	0	121.565
6.02.05	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	19.559	0
6.02.06	Aquisição de Bens do Imobilizado	-241	-93
6.02.08	Adições ao Ativo Intangível	-606	-514
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	18.427	101.587
6.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	0	-46.440
6.03.05	Pagamentos para Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-6.311	-457.718
6.03.06	Recebimentos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	35.790	598.081
6.03.07	Juros Recebidos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	2.337	9.852
6.03.09	Pagamento de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-11.567	0
6.03.10	Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-1.822	-2.188
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	260	-2.383
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	45	3.782
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	305	1.399



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	842.979	9.878	0	-12.434	43.696	884.119
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	9.878	0	-12.434	43.696	884.119
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	17.366	0	0	3.779	21.145
5.04.08	Ganho (Perda) no aumento de capital	0	17.366	0	0	3.779	21.145
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-152.826	0	-152.826
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-152.826	0	-152.826
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	10.438	-10.438	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	10.438	-10.438	0
5.07	Saldos Finais	842.979	27.244	0	-154.822	37.037	752.438

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	842.979	2.294	275.053	0	85.014	1.205.340
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	2.294	275.053	0	85.014	1.205.340
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-7.272	33.766	7.272	0	33.766
5.04.08	Distribuição de dividendos	0	0	33.766	0	0	33.766
5.04.09	Plano de opções de ações	0	-7.272	0	7.272	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.901	-20.704	-14.803
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-14.803	0	-14.803
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	20.704	-20.704	0
5.05.02.06	Realização da reserva de reavaliação	0	0	0	10.353	-10.353	0
5.05.02.07	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	10.351	-10.351	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	13.173	-13.173	0	0
5.06.06	Retenção de lucros	0	0	13.173	-13.173	0	0
5.07	Saldos Finais	842.979	-4.978	321.992	0	64.310	1.224.303

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018</b>
7.01	Receitas	15.375	30.794
7.01.02	Outras Receitas	15.375	30.794
7.01.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	10.438	20.704
7.01.02.02	Outras Receitas	4.937	10.090
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.446	-11.868
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.114	-9.622
7.02.04	Outros	-2.332	-2.246
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.929	18.926
7.04	Retenções	-476	-1.642
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-476	-1.642
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.453	17.284
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-146.213	12.585
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-154.713	-3.126
7.06.02	Receitas Financeiras	8.500	15.711
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-140.760	29.869
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-140.760	29.869
7.08.01	Pessoal	4.840	12.012
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.946	10.843
7.08.01.02	Benefícios	674	896
7.08.01.03	F.G.T.S.	220	273
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.592	1.994
7.08.02.01	Federais	1.536	1.944
7.08.02.02	Estaduais	6	2
7.08.02.03	Municipais	50	48
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.864	13.236
7.08.03.01	Juros	9.638	12.938
7.08.03.02	Aluguéis	226	231
7.08.03.03	Outras	0	67
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-142.387	5.901
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-142.387	5.901
7.08.05	Outros	-14.669	-3.274
7.08.05.01	Lucros (Prejuízo) de Operações Descontinuadas	-14.669	-3.274

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
1	Ativo Total	3.742.118	3.921.004
1.01	Ativo Circulante	211.669	282.321
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	70.205	121.427
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa - Disponíveis	68.184	119.563
1.01.01.02	Caixa restrito	2.021	1.864
1.01.02	Aplicações Financeiras	8.474	26.084
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	8.474	26.084
1.01.02.03.01	Aplicações Financeiras Vinculadas	8.474	26.084
1.01.03	Contas a Receber	68.568	83.362
1.01.03.01	Clientes	47.017	46.014
1.01.03.01.01	Contas a receber	47.017	46.014
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	21.551	37.348
1.01.03.02.01	Contas a receber - Partes relacionadas	1.387	17.184
1.01.03.02.02	Contas a receber - contratos de concessão	20.164	20.164
1.01.06	Tributos a Recuperar	17.172	14.377
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	17.172	14.377
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	47.250	37.071
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	32.001	19.599
1.01.08.03	Outros	15.249	17.472
1.02	Ativo Não Circulante	3.530.449	3.638.683
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	233.070	211.193
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	15	35
1.02.01.03.01	Aplicações Financeiras Vinculadas	15	35
1.02.01.04	Contas a Receber	667	667
1.02.01.04.02	Contas a Receber	667	667
1.02.01.07	Tributos Diferidos	195.959	173.822
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	195.959	173.822
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.847	4.859
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	1.847	4.859
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	34.582	31.810
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	26.480	22.885
1.02.01.10.04	Impostos a recuperar	1.488	1.488
1.02.01.10.05	Outros Créditos	6.614	7.437
1.02.03	Imobilizado	170.268	171.644
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	170.268	171.644
1.02.04	Intangível	3.127.111	3.255.846
1.02.04.01	Intangíveis	3.127.111	3.255.846
1.02.04.01.02	Intangíveis	2.483.629	2.291.857
1.02.04.01.03	Intangível em construção	643.482	963.989

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2	Passivo Total	3.742.118	3.921.004
2.01	Passivo Circulante	1.853.048	1.767.393
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	93.380	103.433
2.01.01.01	Obrigações Sociais	65.507	77.156
2.01.01.01.01	Impostos, Taxas e Contribuições	65.507	77.156
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	27.873	26.277
2.01.02	Fornecedores	68.788	81.634
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	68.788	81.634
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.498.024	1.386.381
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.260.467	1.160.516
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.260.467	1.160.516
2.01.04.02	Debêntures	237.557	225.865
2.01.04.02.01	Debêntures	237.557	225.865
2.01.05	Outras Obrigações	155.254	165.359
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	36.671	40.982
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	36.671	40.982
2.01.05.02	Outros	118.583	124.377
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.931	1.543
2.01.05.02.04	Outros débitos	51.044	51.717
2.01.05.02.05	Notas Promissórias	54.248	54.304
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	16.813
2.01.05.02.07	Passivo de Arrendamento	10.360	0
2.01.06	Provisões	37.602	30.586
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	37.602	30.586
2.01.06.01.05	Obrigações contrato de concessão	37.602	30.586
2.02	Passivo Não Circulante	1.084.769	1.185.546
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	451.777	556.289
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	422.386	471.759
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	422.386	471.759
2.02.01.02	Debêntures	29.391	84.530
2.02.01.02.01	Debêntures	29.391	84.530
2.02.02	Outras Obrigações	110.047	125.813
2.02.02.02	Outros	110.047	125.813
2.02.02.02.03	Notas Promissórias	36.104	63.181
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	22.835	11.861
2.02.02.02.05	Receitas Diferidas, Líquidas	329	576
2.02.02.02.06	Outros débitos	42.749	42.958
2.02.02.02.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	7.237
2.02.02.02.08	Passivo de Arrendamento	7.439	0
2.02.02.02.09	Fornecedores	591	0
2.02.03	Tributos Diferidos	172.934	181.609
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	172.934	181.609
2.02.04	Provisões	350.011	321.835
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	66.271	60.185
2.02.04.01.05	Provisão para demandas judiciais e administrativas	66.271	60.185
2.02.04.02	Outras Provisões	283.740	261.650

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2.02.04.02.04	Obrigações contrato de concessão	283.693	261.602
2.02.04.02.05	Provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	47	48
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	804.301	968.065
2.03.01	Capital Social Realizado	842.979	842.979
2.03.02	Reservas de Capital	38.138	20.772
2.03.02.07	Reservas de Capital	38.138	20.772
2.03.03	Reservas de Reavaliação	37.037	43.696
2.03.04	Reservas de Lucros	-10.894	-10.894
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-10.894	-10.894
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-154.822	-12.434
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	51.863	83.946

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	221.339	441.729	303.771	622.686
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-233.837	-405.051	-206.695	-406.417
3.02.01	Operação, Manutenção e Conservação de Rodovias	-48.711	-96.677	-51.660	-104.923
3.02.02	Custo de manutenção - IAS 37	-11.225	-22.418	-10.486	-22.536
3.02.03	Custo de construção	-14.338	-37.656	-42.267	-75.585
3.02.07	Custo com pessoal	-24.656	-49.623	-31.715	-60.537
3.02.08	Depreciação do imobilizado (custo)	-218	-437	-473	-784
3.02.09	Depreciação do imobilizado (mais valia)	-114	-114	0	0
3.02.10	Amortização do intangível (custo)	-113.519	-157.073	-50.129	-100.762
3.02.11	Amortização do intangível (mais valia)	-9.803	-19.858	-9.031	-18.567
3.02.12	Remuneração do poder concedente	-11.253	-21.195	-10.934	-22.723
3.03	Resultado Bruto	-12.498	36.678	97.076	216.269
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-50.333	-82.089	-89.919	-117.045
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-44.921	-76.121	-57.361	-99.070
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-23.230	-36.105	-25.906	-47.072
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-5.928	-9.655	-11.062	-16.179
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-10.865	-21.210	-17.328	-29.610
3.04.02.04	Depreciação do imobilizado (custo)	-675	-1.387	-325	-1.069
3.04.02.05	Amortização do intangível (custo)	-4.002	-7.321	-1.665	-3.285
3.04.02.06	Amortização de Ágio sobre Investimentos	-197	-395	-782	-1.562
3.04.02.07	Depreciação do imobilizado (mais valia)	-24	-48	-293	-293
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	508	1.420	4.941	5.285
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	508	1.420	4.941	5.285
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.920	-7.388	-37.499	-23.260
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-2.281	-2.299	0	-530
3.04.05.02	Outras despesas não recorrentes	-3.639	-5.089	-37.499	-22.730
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-62.831	-45.411	7.157	99.224
3.06	Resultado Financeiro	-86.067	-164.824	-79.303	-145.637

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018</b>
3.06.01	Receitas Financeiras	5.933	8.501	9.438	25.283
3.06.01.01	Receitas Financeiras	5.933	8.501	9.438	25.283
3.06.02	Despesas Financeiras	-92.000	-173.325	-88.741	-170.920
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-92.000	-173.325	-88.741	-170.920
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-148.898	-210.235	-72.146	-46.413
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	27.186	30.738	19.568	16.015
3.08.01	Corrente	931	-176	-6.475	-22.854
3.08.02	Diferido	26.255	30.914	26.043	38.869
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-121.712	-179.497	-52.578	-30.398
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	7.511	14.669	1.452	3.274
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	7.511	14.669	1.452	3.274
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-114.201	-164.828	-51.126	-27.124
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-103.586	-152.826	-40.598	-14.803
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-10.615	-12.002	-10.528	-12.321
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,59702	-0,88081	-0,23399	-0,08532
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,59702	-0,88081	-0,23399	-0,08532



**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-114.201	-164.828	-51.126	-27.124
4.02	Outros Resultados Abrangentes	5.296	10.438	5.067	20.704
4.02.01	Reserva de reavaliação reflexa	5.296	10.438	5.067	20.704
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-108.905	-154.390	-46.059	-6.420
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-98.290	-142.388	-35.531	5.901
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-10.615	-12.002	-10.528	-12.321

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	125.489	75.466
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	100.271	215.791
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	-152.826	-14.803
6.01.01.02	Provisão de devedores duvidosos	0	485
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-30.914	-38.869
6.01.01.04	Depreciação do imobilizado	2.032	2.146
6.01.01.05	Amortização do intangível	184.647	124.176
6.01.01.06	Baixa de ativo imobilizado e intangível	1.409	247
6.01.01.07	Margem de construção	-95	-1.237
6.01.01.08	Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	142.297	140.965
6.01.01.10	Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	6.086	38.327
6.01.01.11	Ganho em quitação de dívida	0	-2.407
6.01.01.13	Apropriação de Receitas Diferidas, Líquidas	-247	-680
6.01.01.14	Participação de Acionistas não Controladores	-12.002	-12.321
6.01.01.18	Resultado de equivalência patrimonial - participações descontinuadas	-14.669	-3.274
6.01.01.19	Ajuste a valor justo de derivativos e debêntures	-25.447	-17.509
6.01.01.20	Amortização custos na emissão de debêntures	0	545
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	25.218	-140.325
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-1.003	17.097
6.01.02.02	Contas a Receber Empresas Ligadas, Operações Comerciais	3.012	490
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-2.795	1.333
6.01.02.04	Despesas do Exercício Seguinte e Outros Valores a Receber	19.024	-9.112
6.01.02.05	Fornecedores	-12.255	-16.112
6.01.02.06	Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais	-4.311	-21.538
6.01.02.07	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.596	4.902
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	-851	-46.288
6.01.02.09	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	176	22.854
6.01.02.11	Adiantamentos de Clientes e Outras Contas a Pagar	29.613	16.571
6.01.02.13	Outras variações de passivos	-3.393	-4
6.01.02.15	Depósitos judiciais	-3.595	-110.518
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-17.030	59.581
6.02.01	Recebimento da venda de investimentos	0	121.565
6.02.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	19.559	0
6.02.05	Aquisição de Bens do Imobilizado	-684	-2.489
6.02.07	Adições ao Ativo Intangível	-35.905	-59.495
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-159.838	-258.583
6.03.01	Integralização de capital em dinheiro	1.064	0
6.03.08	Captações Através de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	426	0
6.03.09	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-133.284	-167.522
6.03.10	Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-28.044	-44.621
6.03.13	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	0	-46.440

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018</b>
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-51.379	-123.536
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	119.563	376.131
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	68.184	252.595

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	842.979	9.878	0	-12.434	43.696	884.119	83.946	968.065
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	9.878	0	-12.434	43.696	884.119	83.946	968.065
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	17.366	0	0	3.779	21.145	0	21.145
5.04.08	Ganho (Perda) no aumento de capital	0	17.366	0	0	3.779	21.145	0	21.145
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-152.826	0	-152.826	-12.002	-164.828
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-152.826	0	-152.826	-12.002	-164.828
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	10.438	-10.438	0	-20.081	-20.081
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	10.438	-10.438	0	0	0
5.06.04	Outras transações de não controladores	0	0	0	0	0	0	-20.081	-20.081
5.07	Saldos Finais	842.979	27.244	0	-154.822	37.037	752.438	51.863	804.301

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	842.979	2.294	275.053	0	85.014	1.205.340	125.470	1.330.810
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	2.294	275.053	0	85.014	1.205.340	125.470	1.330.810
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-7.272	33.766	0	0	26.494	0	26.494
5.04.08	Plano de opção de ações	0	-7.272	0	0	0	-7.272	0	-7.272
5.04.09	Distribuição de dividendos	0	0	33.766	0	0	33.766	0	33.766
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-14.803	0	-14.803	-12.321	-27.124
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-14.803	0	-14.803	-12.321	-27.124
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	13.173	14.803	-20.704	7.272	0	7.272
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	13.173	-5.901	0	7.272	0	7.272
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	10.353	-10.353	0	0	0
5.06.04	Ajuste de reserva de Avaliação Patrimonial	0	0	0	10.351	-10.351	0	0	0
5.07	Saldos Finais	842.979	-4.978	321.992	0	64.310	1.224.303	113.149	1.337.452

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018</b>
7.01	Receitas	489.705	696.936
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	437.099	590.796
7.01.02	Outras Receitas	52.606	106.140
7.01.02.01	Receitas de Construção	37.751	76.822
7.01.02.02	Realização da Reserva de Reavaliação	10.438	20.704
7.01.02.03	Outras Receitas	4.417	8.614
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-219.172	-273.307
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-36.190	-76.923
7.02.04	Outros	-182.982	-196.384
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	-134.713	-111.408
7.02.04.02	Custos de Construção	-37.656	-75.585
7.02.04.03	Outros Custos Operacionais	-10.613	-9.391
7.03	Valor Adicionado Bruto	270.533	423.629
7.04	Retenções	-186.635	-126.322
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-186.635	-126.322
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	83.898	297.307
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	37.115	25.283
7.06.02	Receitas Financeiras	37.115	25.283
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	121.013	322.590
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	121.013	322.590
7.08.01	Pessoal	63.018	91.718
7.08.01.01	Remuneração Direta	43.319	66.145
7.08.01.02	Benefícios	13.535	17.160
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.729	4.757
7.08.01.04	Outros	3.435	3.656
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	55.036	43.647
7.08.02.01	Federais	36.321	14.241
7.08.02.02	Estaduais	111	215
7.08.02.03	Municipais	18.604	29.191
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	172.017	196.919
7.08.03.01	Juros	183.191	165.146
7.08.03.02	Aluguéis	643	6.928
7.08.03.03	Outras	-11.817	24.845
7.08.03.03.01	Remuneração do poder concedente	-21.195	22.722
7.08.03.03.02	Outras	9.378	2.123
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-154.389	-6.420
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-142.387	5.901
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-12.002	-12.321
7.08.05	Outros	-14.669	-3.274
7.08.05.02	Lucros (Prejuízo) de Operações Descontinuadas	-14.669	-3.274



**Triunfo**  
PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS



## COMENTÁRIO DO DESEMPENHO FINANCEIRO

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30.06.2019

A Companhia divulga suas Demonstrações Financeiras de acordo com as normas emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que estão em consonância com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB – *International Accounting Standard Board*.

Conforme determina o CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada (IFRS 5), a Companhia classificou os investimentos realizados nos ativos destinados à venda em dezembro de 2016 (Aeroportos Brasil S.A., Tijoá Participações e Investimentos S.A. e CSE – Centro de Soluções Estratégicas S.A.) na rubrica “Participações a comercializar”, no ativo circulante das Demonstrações Financeiras da controladora e do consolidado. Adicionalmente, a Companhia solicitou em julho de 2017 a habilitação do empreendimento de Viracopos ao CPPI (Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos) para futura relicitação nos termos da Lei 13.448/17, realizando a baixa contábil do saldo do investimento em junho de 2017, devido à baixa expectativa de recuperabilidade do ativo.

Com exceção de Viracopos, os resultados desses investimentos estão apresentados na rubrica de “Resultados de operações descontinuadas” na demonstração de resultado, separadamente dos resultados das operações em continuidade.

### CONSOLIDADO

A receita bruta consolidada atingiu R\$480,1 milhões, uma retração de -28,8% em relação ao resultado dos 6M18, impactada principalmente pela menor arrecadação de pedágio, devido ao encerramento da Concepa em julho de 2018, bem como dos desdobramentos judiciais na Econorte, resultando no fechamento da praça de Jacarezinho em março de 2019 e abertura da praça em Cambará em junho de 2019.

Como consequência, a receita líquida ajustada, que exclui a receita de construção, atingiu R\$404,0 milhões, variação de -26,0% quando comparada ao mesmo período do ano anterior.

<b>Receita Operacional (R\$ mil)</b>	<b>6M19</b>	<b>6M18</b>	<b>Δ</b>
Arrecadação de Pedágio	437.099	590.796	-26,0%
Construção de Ativos das Concessões	37.751	76.822	-50,9%
Outras Receitas	5.202	6.404	-18,8%
<b>Receita Operacional Bruta (ROB)</b>	<b>480.052</b>	<b>674.022</b>	<b>-28,8%</b>
<b>Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(38.323)</b>	<b>(51.336)</b>	<b>-25,3%</b>
<b>Receita Operacional Líquida (ROL)</b>	<b>441.729</b>	<b>622.686</b>	<b>-29,1%</b>
Construção de Ativos das Concessões	37.751	76.822	-50,9%
<b>Receita Operacional Líquida Ajustada</b>	<b>403.978</b>	<b>545.864</b>	<b>-26,0%</b>

### Custos e Despesas Operacionais:

Os custos operacionais consolidados, excluindo custos de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, atingiram R\$167,5 milhões nos 6M19 (-11,0%). As despesas operacionais consolidadas (excluindo depreciação e amortização e despesas não recorrentes) registraram R\$67,8 milhões, 23,0% abaixo do observado no mesmo período do ano anterior. As reduções devem-se, principalmente, ao encerramento da Concepa mencionado acima, sendo parcialmente compensadas pelo aumento de recuperação do pavimento na Concebra.



# Triunfo

PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS

<b>Custos Operacionais (R\$ mil)</b>	<b>6M19</b>	<b>6M18</b>	<b>Δ</b>
Operação e Manutenção das Rodovias	(96.677)	(104.923)	-7,9%
Custo com Pessoal	(49.623)	(60.537)	-18,0%
Obrigações da Concessão	(21.195)	(22.723)	-6,7%
<b>Custo Operacional</b>	<b>(167.495)</b>	<b>(188.183)</b>	<b>-11,0%</b>
Depreciação e Amortização	(177.482)	(120.113)	47,8%
Custo de Construção	(37.656)	(75.585)	-50,2%
Provisão para Manutenção - IAS 37	(22.418)	(22.536)	-0,5%
<b>Custo Operacional Total</b>	<b>(405.051)</b>	<b>(406.417)</b>	<b>-0,3%</b>

<b>Despesas Operacionais (R\$ mil)</b>	<b>6M19</b>	<b>6M18</b>	<b>Δ</b>
Despesas Gerais e Administrativas	(36.105)	(47.072)	-23,3%
Remuneração dos Administradores	(9.655)	(16.179)	-40,3%
Despesas com Pessoal	(21.210)	(29.610)	-28,4%
Outras Receitas (Despesas) Administrativas	(879)	4.755	n/c
<b>Despesa Operacional</b>	<b>(67.849)</b>	<b>(88.106)</b>	<b>-23,0%</b>
Depreciação e Amortização	(9.151)	(6.209)	47,4%
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	n/c
Despesas Não Recorrentes	(5.089)	(22.730)	-77,6%
<b>Despesa Operacional Total</b>	<b>(82.089)</b>	<b>(117.045)</b>	<b>-29,9%</b>

## **LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO E LUCRO BASE DIVIDENDOS**

O prejuízo líquido foi de R\$152,8 milhões nos seis primeiros meses de 2019, com impacto do resultado financeiro no período ao sair de uma despesa de R\$145,6 milhões nos 6M18 para R\$164,8 milhões nos 6M19, principalmente devido ao *accrual* de juros da dívida na Concebra. Sendo assim, com contribuição da parcela realizada de reserva de reavaliação de ativos, o prejuízo líquido base dividendos atingiu R\$142,4 milhões nos 6M19.

<b>Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)</b>	<b>6M19</b>	<b>6M18</b>	<b>Δ</b>
<b>Lucro Operacional</b>	<b>(45.411)</b>	<b>99.224</b>	<b>n/c</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(164.824)</b>	<b>(145.637)</b>	<b>13,2%</b>
Receitas Financeiras	8.501	25.283	-66,4%
Despesas Financeiras	(173.325)	(170.920)	1,4%
<b>Resultado Antes dos Impostos</b>	<b>(210.235)</b>	<b>(46.413)</b>	<b>n/c</b>
<b>Impostos Sobre Lucro</b>	<b>30.738</b>	<b>16.015</b>	<b>91,9%</b>
Impostos Correntes	(176)	(22.854)	-99,2%
Impostos Diferidos	30.914	38.869	-20,5%
<b>Lucro (prejuízo) de operações em continuidade</b>	<b>(179.497)</b>	<b>(30.398)</b>	<b>n/c</b>
<b>Resultados de operações descontinuadas</b>	<b>14.669</b>	<b>3.274</b>	<b>n/c</b>
<b>Lucro (prejuízo) Líquido Consolidado do Período</b>	<b>(164.828)</b>	<b>(27.124)</b>	<b>n/c</b>
<b>Atribuível a:</b>			
Acionistas Não Controladores	(12.002)	(12.321)	-2,6%
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Período</b>	<b>(152.826)</b>	<b>(14.803)</b>	<b>n/c</b>

<b>Base de Dividendos (R\$ mil)</b>	<b>6M19</b>	<b>6M18</b>	<b>Δ</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido</b>	<b>(152.826)</b>	<b>(14.803)</b>	<b>n/c</b>
Parcela realizada da reserva de reavaliação	10.438	20.704	-49,6%
Constituição da reserva legal (5%)	-	-	n/c
Ajuste de saldo da reserva de capital	-	7.272	-100,0%
<b>Lucro (prejuízo) base de dividendos</b>	<b>(142.388)</b>	<b>13.173</b>	<b>n/c</b>



## Notas Explicativas

### 1. Contexto operacional

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo”, “Companhia” ou “Controladora”), constituída em 11 de janeiro de 1999, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades. É uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em São Paulo, capital, e com ações negociadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) sob a sigla “TPIS3”.

As controladas diretas e indiretas e sociedades controladas em conjunto da Companhia estão sumariadas na nota explicativa nº 2.3. Abaixo estão apresentados os principais contratos de concessão da Companhia, por entidade, segregados por segmento do negócio:

i) *Concessionárias de rodovias*

Concer

A Concer explora 180 km da BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões). O início da concessão ocorreu em 1º de março de 1996 e o prazo da concessão é de 25 anos.

Em abril de 2014 foi firmado o 12º termo aditivo ao contrato de concessão, cujo objeto é a execução de obras para a Nova Subida da Serra, em contrapartida ao pagamento dos serviços pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “poder concedente”) ou pela extensão de prazo do contrato de concessão, a fim de estabelecer equilíbrio econômico-financeiro decorrente dos investimentos com as obras.

Devido à inadimplência do poder concedente referente a parte das obras já executadas, além dos procedimentos instaurados pelo Tribunal de Contas da União – TCU, a concessionária possui a expectativa de que o prazo de concessão seja prorrogado. No entanto, em junho de 2017 foi publicada a Resolução ANTT nº 5.353, que busca anular de forma unilateral a cláusula do 12º aditivo que permite a extensão do prazo de concessão. A Concer obteve uma medida liminar concedida pela Justiça Federal do Distrito Federal, que preserva o direito de extensão de prazo previsto em contrato, e aguarda a competente recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

O valor total de obras executadas referente ao 12º aditivo, líquido de pagamentos efetuados pelo poder concedente, é de R\$523.400, classificados no intangível em construção, representando o direito de exploração da rodovia, uma vez que ele deverá ser recuperado pela arrecadação da tarifa de pedágio devido à extensão do prazo da concessão, conforme previsto no 12º aditivo.

Concepa

A Concepa explorou até 03 de julho de 2018 121 km da rodovia BR-290/RS, trecho Osório – Porto Alegre, conhecido como *Free Way*, e o entroncamento da BR-116/RS, de Porto Alegre à Guaíba. O início da concessão ocorreu em 4 de julho de 1997, e o prazo da concessão era de 20 anos, podendo ser prorrogado em comum acordo entre a Concepa e o poder concedente, conforme condições específicas estabelecidas no contrato de concessão.

Em 04 de julho de 2017, com o término do prazo original da concessão, foi firmado entre a Concepa e ANTT o 14º termo aditivo ao contrato de concessão, que prorrogou por mais um ano os serviços de manutenção e operação da rodovia.

Antes do encerramento do contrato, havia sido ajuizado pela Concepa um pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro mediante a extensão do prazo de vigência da concessão. Dentre os pleitos que permanecem em análise administrativa e judicial, a Concepa destaca a necessidade de remuneração pelos investimentos realizados na modernização do vão móvel da Ponte do Guaíba e na operação especial para uso do acostamento como faixa adicional de tráfego, além da recomposição do efeito da supressão dos valores de receitas comerciais alternativas da tarifa de pedágio. A Concepa tem desequilíbrios pendentes desde 2003.

## Notas Explicativas

Os pleitos têm como fundamento o § 4º do Artigo 9º da Lei n.º 8.987/95 (Lei das Concessões), que determina o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato concomitantemente ao desequilíbrio quando provocado unilateralmente pelo poder concedente.

### Econorte

A Econorte explora 341 km das Rodovias do Estado do Paraná (BR-369 e PR-323). A Econorte obteve a concessão pelo prazo de 24 anos, mediante licitação pública. O objeto da concessão consiste na recuperação, melhoramento, manutenção, operação e exploração das rodovias, mediante a cobrança de tarifas de pedágio (reajustáveis anualmente segundo cláusulas específicas) e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR), as quais podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e de lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

Em 23 de novembro de 2018, a Companhia foi notificada da liminar deferida pelo Juízo de Jacarezinho nos autos da Ação Civil Pública ("ACP") nº 5010042-54.2018.4.04.7013/PR, proposta pelo Ministério Público Federal, que suspendeu todos os termos aditivos referentes ao Contrato de Concessão desde 2000. Dessa forma, no mesmo dia, deixou de cobrar a tarifa de pedágio na Praça de Jacarezinho e reduziu em 26,75% as tarifas praticadas nas praças de sua arrecadação. Em 04 de dezembro de 2018 o Tribunal Regional Federal da 4ª Região ("TRF-4") decidiu pela incompetência do Juízo de Jacarezinho e remeteu o processo à 1ª Vara Federal de Curitiba que ratificou a liminar concedida anteriormente. A decisão foi suspensa pelo Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça em 28 de fevereiro de 2019. No entanto, em 01 de março de 2019, nos autos da Ação Popular nº 2006.70.13.003009-4, por meio de Pedido de Tutela Inibitória promovido pelo Ministério Público Federal, no âmbito de cumprimento provisório de sentença, foi determinada novamente a suspensão da cobrança da tarifa de pedágio na praça de Jacarezinho, bem como a continuidade da operação nas rodovias BR-369 e PR-090.

Em 21 de março de 2019, a Companhia e suas controladas Econorte e Rio Tibagi tomaram conhecimento de decisão proferida pela 23ª Vara Federal de Curitiba, nos autos da Ação Penal nº 5008581-52.2019.4.04.7000, em que foi determinada medida assecuratória de arresto e sequestro de bens, a pedido do Ministério Público Federal, no âmbito das Operações Integração I e II.

Em 24 de maio de 2019, a 1ª Vara Federal de Curitiba nos autos da ACP proposta pelo Ministério Público Federal, dentre outras determinações, estabeleceu que enquanto permanecer fechada a praça de Jacarezinho, a concessionária pode abrir a praça Cambará/Andirá e tarifar o pedágio. Desta forma, foi realizada a reabertura da praça de pedágio de Cambará, bem como o início da cobrança da tarifa de pedágio a partir do dia 1º de junho.

### Concebra

A Concebra explora as rodovias BR-060, BR-153 e BR-262, trecho entre Distrito Federal e os estados de Minas Gerais e Goiás. O trecho concedido totaliza 1.176,5 km e abrange 47 municípios, sendo: 630,2 km da BR 060 e BR153, desde o entroncamento com a BR 251, no Distrito Federal, até a divisa dos estados de Minas Gerais e São Paulo, e 546,3 km da BR 262, do entroncamento com a BR 153 ao entroncamento com a BR 381, no estado de Minas Gerais e dos respectivos acessos. O objeto da concessão consiste na recuperação, manutenção, melhoramento, monitoração, conservação e operação. O início da concessão ocorreu em 31 de janeiro de 2014, e o prazo da concessão é 30 anos.

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias federais, a controlada assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão, financiados com capital dos acionistas e de terceiros. Em 24 de fevereiro de 2016, o BNDES aprovou o financiamento de longo prazo da controlada, com carência de amortização até o final do ano de investimentos (previsto em 5 anos) e prazo de amortização de 20 anos. A indefinição sobre a composição dos demais bancos públicos que fariam o repasse de parte dos recursos aprovados, resultou no vencimento do empréstimo ponte no dia 15 de dezembro de 2016 e inadimplência da Concebra.

## Notas Explicativas

Para continuidade do contrato firmado com o Governo Federal, a Concebra está em tratativas finais junto ao BNDES para firmar um acordo de reperfilamento da dívida e está em tratativas junto à ANTT para a Revisão Quinquenal, conforme prevê o contrato de concessão.

Como medida paralela à Revisão Quinquenal, a Concebra protocolou, em 05 de julho de 2019, requerimento de instauração de processo arbitral perante à Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI).

Em 10 de junho de 2019 a Concebra, através da 3ª Vara Federal Cível da SSJ, obteve decisão liminar que assegura que, até a resolução do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANTT se abstenha da aplicação de penalidades tais como: caducidade, redução tarifária a partir da aplicação de fator D, cobrança de valores ou exigências de cumprimento de quaisquer obrigações contratuais até que o tribunal arbitral pronuncie-se sobre a questão ou a Agência solucione o desequilíbrio. Em 30 de julho de 2019 foi obtida decisão ratificando a decisão liminar, tornando seus efeitos estáveis.

### Transbrasiliana

A Transbrasiliana explora 321,6 km do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP - Divisa SP/PR, assim como seus acessos. O objeto da concessão é a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias dos trechos concedidos. O início da concessão ocorreu em 13 de fevereiro de 2008, e o prazo da concessão é 25 anos.

#### *ii) Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de rodovias*

### Rio Guaíba

A controlada Rio Guaíba prestou serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho) e conservação e ampliação das rodovias à controlada Concepa até 03 de julho de 2018, quando as operações da concessionária foram encerradas.

### Rio Tibagi

A controlada Rio Tibagi prestou serviços de agenciamento para utilização da faixa de domínio e manutenção de trechos da rodovia administrada pela controlada Econorte até 31 de dezembro de 2018. Esses serviços são regulados pelo contrato de concessão e fiscalizados pelo poder concedente.

#### *iii) Prestação de serviços de monitoramento*

### CTVias

A controlada CTVias prestou serviços de monitoramento e avaliação de pavimentos para as concessionárias de rodovias do grupo até o primeiro semestre de 2019. Parte destes serviços são regulados pelos Contratos de Concessão e fiscalizados pelo poder concedente.

#### *iv) Prestação de serviços de operação e manutenção de usina hidrelétrica*

### Tijóá

A Tijóá tem por objeto específico a geração de energia elétrica por meio da concessão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos ("UHE Três Irmãos") em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência aos distribuidores de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN). A UHE Três Irmãos possui cinco unidades geradoras com turbinas Francis e potência instalada de 807,50 MW e garantia física de 217,5 MW médios.

A Triunfo possui participação indireta de 50,1% na Tijóá desde agosto de 2014. A controlada em conjunto encontra-se em processo de alienação, vide nota explicativa nº 11.

## Notas Explicativas

### CSE

O CSE tem por objeto a prestação de serviços especializados no segmento de geração e transmissão de energia elétrica, relacionados à engenharia de operação e manutenção, supervisão e execução da operação e de manutenção local, gestão ambiental e fundiária, bem como apoio administrativo, planejamento e gestão de empreendimentos. O CSE teve início em outubro de 2015 com as atividades substancialmente concentradas na prestação de serviços à Tijoá, posteriormente expandindo sua atuação com outros clientes.

A Triunfo possui participação indireta de 50,1% no CSE, que também encontra-se em processo de alienação, vide nota explicativa nº 11.

#### v) *Administração de aeroportos*

##### Aeroportos Brasil - Viracopos

Em 14 de junho de 2012, a controlada em conjunto Viracopos assinou com a Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC") o contrato de concessão para ampliação, manutenção e operação do Aeroporto Internacional de Campinas ("Viracopos"), pelo prazo de 30 anos.

A participação indireta da Triunfo no negócio corresponde a 24,54%, uma vez que:

- a) A Concessionária é formada pelos acionistas (i) Aeroportos Brasil (Acionista Privado), que detém 51% de participação, e (ii) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, que detém 49%;
- b) O Acionista Privado é uma sociedade de propósito específico com a seguinte composição acionária: Triunfo com 48,12%, UTC Participações S.A. com 48,12%, e Egis Airport Operation com 3,76%.

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a concessionária Viracopos deve pagar à União contribuição fixa anual no montante de R\$127.367, reajustado anualmente pelo IPCA, equivalente ao total de R\$3.821.010. O valor total atualizado da outorga a pagar em 30 de junho de 2019 é de R\$3.250.171, líquido de compensações e pagamentos já efetuados. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais. A seguir estão apresentados os principais assuntos das referidas controladas em conjunto.

#### Relicitação:

Os acionistas de Viracopos autorizaram, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2017, a concessionária a adotar as medidas necessárias para solicitar a instauração de processo de relicitação do contrato de concessão, conforme diretrizes da Lei nº 13.448/17. Em 29 de julho de 2017, a Concessionária solicitou ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) a habilitação da concessão do aeroporto de Viracopos para relicitação.

O interesse pela relicitação da Concessão de Viracopos resultou do cenário de dificuldade financeira enfrentado pela concessionária, derivada da alteração no contexto macroeconômico do país e da expectativa de demanda estimada pelo próprio poder concedente para os serviços concessionados. Soma-se a isto diversos desequilíbrios econômico-financeiros do Contrato de Concessão, não equacionados pelo Poder Concedente (ANAC) concomitantemente ao ato, conforme previsto nos termos da Lei nº 8.987/95.

No exercício de 2017 a Companhia refletiu em suas demonstrações financeiras o efeito do reconhecimento da perda sobre este ativo, por meio da baixa do investimento na controlada em conjunto Aeroportos Brasil, que somado aos aportes realizados naquele exercício, totalizou uma perda de R\$404.289 em 31 de dezembro de 2017. Em 2018 e em 2019 não

## Notas Explicativas

foram realizados novos aportes no investimento, desta forma, não houve perdas ou baixas reconhecidas nos exercícios de 2018 e de 2019.

A Administração da Triunfo pautou o registro de perda do investimento em Viracopos pelos os seguintes fatos: (i) os procedimentos de encerramento do atual contrato de concessão seriam objeto de termo aditivo a ser firmado após aceita a qualificação para relicitação deste empreendimento; (ii) o valor da indenização estava sujeito a processo arbitral; (iii) o pagamento da indenização aos atuais acionistas somente ocorreria no momento da transferência do contrato de concessão para o futuro concessionário, ou abertura do processo de caducidade, e priorizaria o pagamento dos financiadores, das multas e das outorgas.

### Processo de caducidade:

Em 19 de fevereiro de 2018, a controlada em conjunto Viracopos recebeu notificação da ANAC comunicando a instauração de processo administrativo para verificação de inadimplência que poderá ensejar caducidade da concessão do Aeroporto de Viracopos.

Em 09 de maio de 2018 foi deferida, por decisão judicial da 8ª Vara Cível da Comarca de Campinas, a suspensão do processo administrativo instaurado para eventual decretação de caducidade da concessão, bem como de todas as ações e execuções movidas contra as investidas, notadamente da multa administrativa aplicada relativamente à conclusão da fase I-B prevista no Contrato de Concessão. Em sessão concluída em 29.09.2018, a 1ª Câmara Reservada do Tribunal de Justiça de São Paulo revogou a decisão do Juízo da Recuperação de suspensão do processo administrativo instaurado para eventual decretação de caducidade da concessão, bem como da multa administrativa aplicada relativamente à conclusão da fase I-B prevista no Contrato de Concessão.

Diante da decisão proferida em 19 de dezembro de 2018 na Ação Revisional, conforme detalhado abaixo, o Poder Concedente está impedido de decretar a caducidade da concessão.

### Recuperação Judicial:

No dia 07 de maio de 2018, as controladas em conjunto Aeroportos Brasil S.A., Aeroportos Brasil Viracopos S.A. e Viracopos Estacionamentos S.A. protocolaram pedido de Recuperação Judicial nos termos da Lei nº 11.101/05 e do parágrafo único do artigo 122 da Lei nº 6.404/76. O objetivo do pedido é preservar os ativos das companhias, promover o equacionamento de sua situação financeira, assegurar a continuidade das atividades e a manutenção de milhares de postos de trabalho (diretos e indiretos), assegurar o recolhimento de relevantes tributos e o pagamento dos créditos concursais, na forma do plano de Recuperação Judicial. A consultoria Deloitte Touche Tohmatsu realizou perícia prévia para análise da documentação apresentada, bem como foi nomeada como administradora judicial.

Em 23 de maio de 2018 foi deferido o processamento da Recuperação Judicial das companhias, iniciando o prazo de 60 dias úteis para apresentação do plano de Recuperação Judicial e o prazo de 180 dias úteis de *stay period*, no qual todas as ações e execuções contra as companhias foram suspensas. Em 27 de julho de 2018, foi protocolado na 8ª Vara Cível da Comarca de Campinas o Plano de Recuperação Judicial, para deliberação pelos credores.

Em 03 de dezembro de 2018 foi determinada a realização da Assembleia Geral de Credores ("AGC") para os dias 12 de fevereiro de 2019 (primeira convocação) e 26 de fevereiro de 2019 (segunda convocação) e deferido a prorrogação do *stay period* por mais 120 dias. Em 1º de fevereiro de 2019 foi requerida a redesignação da AGC para 16 de maio de 2019, bem como a prorrogação do *stay period* por mais 90 dias, o que foi deferido pelo juízo da Recuperação Judicial. Em 08 de maio de 2019, atendendo o pedido das Recuperandas, a AGC foi redesignada para o dia 27 de junho de 2019 (primeira convocação) e 1º de agosto de 2019 (segunda convocação), sendo que em primeira convocação a assembleia não foi

## Notas Explicativas

instalada por ausência de quórum e em segunda convocação os credores deliberaram a suspensão da AGC por 60 dias, devendo ser retomada em 1º de outubro de 2019.

### Multas – ANAC:

No dia 08 de outubro de 2018, em julgamento realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, foi dado provimento ao Agravo de Instrumento interposto pela ANAC, referente ao impedimento de execução da multa por suposta não efetivação tempestiva de investimentos previstos na fase I-B do contrato de concessão e das respectivas apólices de seguro (“apólices”) e do processo administrativo tendente à decretação da caducidade da concessão. Como resultado desse julgamento, foi cassada a decisão judicial proferida em 09 de maio de 2018 pela 8ª Vara Cível da Comarca de Campinas. A Triunfo é contragarantidora das apólices.

Em 27 de fevereiro de 2019, a ANAC interpôs agravo de instrumento (“agravo”), contra a decisão liminar e, no dia seguinte, suscitou um pedido de Suspensão de Liminar e Sentença (“SLS”). Na hipótese de ser concedido efeito suspensivo ao Agravo ou deferida a SLS, a ANAC poderá executar as apólices de garantia de execução contratual. Os assessores jurídicos externos opinam que a probabilidade de execução dos acionistas é possível.

Adicionalmente, foram encerrados os processos administrativos instaurados pela ANAC para apuração dos valores e períodos relativos à aplicação de multas diárias pelo atraso na entrega de obras da fase I-B, e os valores das multas foram fixados. A controlada em conjunto Viracopos deve controverter a aplicação de tais multas no âmbito do Poder Judiciário, sendo que os assessores jurídicos externos opinam que tais processos possuem probabilidade de perda judicial possível.

### Ação revisional:

Em 12 de dezembro de 2018 Viracopos ingressou com ação judicial junto à Justiça Federal da 1ª Região visando a promoção do reequilíbrio do contrato de concessão e consequente vedação de prosseguimento do processo de caducidade e execução das garantias contratuais, liminarmente foi requerido que a ANAC se abtivesse de aplicar penalidades contratuais à Viracopos que se refiram à supostos inadimplementos de obrigações financeiras, incluindo a penalidade de caducidade da concessão, e de executar e/ou acionar as apólices de garantia de execução contratual. Em 19 de dezembro de 2018 foi proferida pela Justiça Federal da 1ª Região deferindo a medida liminar.

## **1.1. Resumo dos eventos relevantes ocorridos no segundo trimestre de 2019**

### **i) Rebaixamento Rating 3ª Emissão de Debêntures - Econorte**

Em 19 de fevereiro de 2019, foi alterada a classificação da nota da Econorte de BBB-(bra) para CCC(bra) nos termos do novo relatório de revisão extraordinária do Rating realizada pela Fitch Ratings Brasil Ltda. Por se tratar de hipótese de vencimento antecipado não automático, foi convocada Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”), para deliberação pela sua não declaração, dentre outros temas.

Em 11 de março de 2019, foi realizada AGD que deliberou pela aprovação da utilização do saldo atual em conta reserva, referente às cinco últimas parcelas já constituídas do vencimento em abril de 2019, para amortização extraordinária do saldo devedor atualizado das debêntures, autorização prévia para a não constituição da 6ª parcela da conta reserva, *waiver* para não declaração do vencimento antecipado em razão da não constituição da 6ª parcela da conta reserva e *waiver* para a não declaração de vencimento antecipado das debêntures, resultante tanto do rebaixamento da nota de rating da Econorte quanto para eventual futuro rebaixamento.

## Notas Explicativas

Em 20 de março de 2019, a Fitch Ratings emitiu nota rebaixando o Rating Nacional de Longo Prazo para 'CC(bra)' da terceira emissão de debêntures da Econorte.

Em 11 de abril de 2019, foi realizada nova AGD que deliberou pela manutenção do *waiver* concedido para a não constituição integral da 6ª parcela da conta reserva e concessão de *waiver* pelo não pagamento da parcela prevista para 15 de abril de 2019, *waiver* para a não constituição das parcelas de abril e maio de 2019, que comporiam o saldo da conta reserva sobre a amortização prevista para 15 de outubro de 2019, aprovação de amortizações extraordinárias de R\$ 1,0 milhão cada, para 12 de abril de 2019, 12 de maio de 2019 e uma terceira vinculada à liberação das contas bancárias e concessão de *waiver* para a não apresentação das demonstrações financeiras no prazo e pelo rebaixamento do *rating* ocorrido em 20 de março de 2019, bem como para eventual futuro rebaixamento.

Em 11 de junho de 2019 foi realizada uma nova AGD, em que foi deliberada a não declaração de vencimento antecipado e pagamentos do principal de R\$ 1.500 em 13 de junho de 2019, R\$ 2.500 em 12 de julho de 2019 e R\$ 1.000 em 09 de agosto de 2019

ii) Mandado de busca e apreensão – Concebra e CTVias

Em 11 de abril de 2019 a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão em suas controladas Concebra e CTVias, no âmbito da operação chamada Infinita Highway. A ordem judicial foi emanada da 11ª Vara Federal de Goiás, com base em denúncia realizada à Polícia Federal, a fim de apurar supostas fraudes em emissão de relatórios sobre as condições da rodovia, visando burlar a fiscalização, aumentar a tarifa de pedágio e obter financiamento junto ao BNDES. Foram cumpridos ainda mandados de busca e apreensão nas Concessionárias ECO 101 e ViaBahia, bem como, na ANTT e nas residências do Diretor Geral e do Superintendente de Fiscalização da ANTT.

Até a data de divulgação dessas informações contábeis intermediárias, inexitem novas informações sobre o andamento das investigações.

iii) Encerramento Comitê Independente – Triunfo

Em 29 de abril de 2019 o Comitê Independente, constituído para coordenar as providências para instauração de investigação após os Mandados de Busca e Apreensão realizados na Companhia e algumas de suas controladas, no âmbito da Operação Integração, concluiu seus trabalhos e foi encerrado. Vide maiores informações na nota explicativa nº 1.2.

iv) Decisão judicial – Econorte

Em 24 de maio de 2019, a 1ª Vara Federal de Curitiba nos autos da Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal, dentre outras determinações, estabeleceu que enquanto permanecer fechada a praça de Jacarezinho, a concessionária pode abrir a praça Cambará/Andirá e tarifar o pedágio. Desta forma, foi realizada a reabertura da praça de pedágio de Cambará, bem como o início da cobrança da tarifa de pedágio a partir do dia 1º de junho de 2019.

Em 05 de julho de 2019, a Econorte recebeu intimação judicial de decisão liminar que determinou a redução de 25,77% nas tarifas de pedágio, porém em 1º de agosto de 2019 a ação relacionada a esta decisão foi extinta e a redução das tarifas foi revertida (vide nota explicativa nº 30).

## Notas Explicativas

### v) Decisão judicial – Concebra

Em 11 de junho de 2019, em decisão liminar proferida pela 3ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, foi determinado que a ANTT se abstenha de aplicar penalidades contratuais na Concebra, incluindo a caducidade, bem como fique impedida de exigir investimentos questionados nos pleitos de reequilíbrio/revisoriais já ofertados, de impor novas obrigações de investimento e de promover redução tarifária, até a resolução do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, através de pronunciamento do tribunal arbitral ou solução da ANTT.

Em 30 de julho de 2019 a decisão foi ratificada pela 3ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, tornando os efeitos da decisão liminar estáveis.

### 1.2. Investigações envolvendo a Companhia e suas controladas

No dia 22 de fevereiro de 2018, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na sede social da Companhia e na sede social de suas subsidiárias Econorte e Rio Tibagi. A ordem judicial foi emanada da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR, por meio da 48ª fase da Lava Jato, denominada Operação Integração.

No dia 01 de março de 2018, o Conselho de Administração da Companhia instituiu um Comitê Independente para coordenar as providências para a instauração de uma investigação dos eventos reportados quanto ao mandado de busca e apreensão. O Comitê Independente contratou o escritório Maeda, Ayres & Sarubbi Advogados para iniciar os trabalhos de investigação. O Comitê foi composto por dois Conselheiros Independentes da Companhia e por um terceiro membro independente, sem função na Companhia, o Sr. Durval José Soledade Santos, advogado com ampla experiência no mercado de capitais, tendo atuado na CVM (Comissão de Valores Mobiliários), BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e comitês de diversas companhias de capital aberto.

No dia 26 de setembro de 2018, a Polícia Federal cumpriu novo mandado de busca e apreensão na sede social da Companhia e na sede social de sua subsidiária Econorte. A ordem judicial teve origem na 23ª Vara Federal de Curitiba, sendo denominada como Operação Integração II, em continuidade à investigação iniciada em 22 de fevereiro de 2018.

O novo mandado de busca e apreensão teve como fundamento suspeita de fatos envolvendo empresários e agentes públicos, alimentado pelo suposto superfaturamento na cobrança dos pedágios nas rodovias federais concedidas pelo Estado do Paraná, incluindo a controlada Econorte.

As investigações estão apoiadas em acordos de colaboração premiada firmados com o MPF pelos réus Nelson Leal Junior (Ex-Diretor do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná - DER/PR) e Hélio Ogama (ex-presidente da Econorte), detidos na primeira fase da Operação Integração, bem como por Hugo Ono, ex-*Controller* da Econorte.

Em 28 de janeiro de 2019 o Ministério Público Federal ofereceu denúncia perante a 23ª Vara Federal de Curitiba contra executivos e ex-executivos da Companhia e da Econorte.

Em 29 de abril de 2019, os trabalhos do Comitê Independente foram concluídos e seus resultados apresentados ao Conselho de Administração. Os trabalhos do Comitê Independente foram inconclusivos com relação à existência de ilicitudes apontadas nas alegações do Ministério Público Federal. No entanto, o Conselho de Administração analisará a implantação de recomendações do Comitê Independente, visando o aperfeiçoamento da estrutura de governança e de práticas anticorrupção. O Comitê Independente concluiu seus trabalhos e foi encerrado.

A Companhia tem atendido a todas as informações solicitadas pelas autoridades competentes.



## Notas Explicativas

### 1.3. Ações da Companhia para continuidade operacional

Em decorrência da deterioração das condições macroeconômicas, cenário político instável e execuções de credores, a Triunfo implementou ações para a melhoria de sua estrutura financeira, atualmente compostas por duas principais frentes:

- **Alienação de ativos:**  
No início de 2017 a Companhia anunciou ao mercado a intenção de alienação dos ativos Aeroportos Brasil, Portonave, Tijoá e CSE (vide nota explicativa nº 11). O investimento na controlada em conjunto Aeroportos Brasil, anteriormente destinado à venda, foi baixado para perda, conforme nota explicativa nº 1, item v), o ativo Portonave foi alienado em 26 de outubro de 2017, e em 1º de agosto de 2019 foi celebrado contrato de compra e venda dos ativos Tijoá e CSE (vide nota explicativa nº 30, item iii).
- **Planos de RE:**  
Os planos desenvolvidos são um instrumento previsto na Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência), que permite a uma sociedade renegociar com seus credores as condições de pagamento de suas dívidas de natureza privada, com exceção de créditos trabalhistas (vide nota explicativa nº 15).

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, e entende que as ações implementadas para alienação de ativos, junto aos Planos de RE, são itens importantes para o planejamento financeiro da Companhia, bem como para continuidade das operações.

## 2. Base de preparação, consolidação e principais políticas contábeis.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 07 de agosto de 2019.

### 2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS / IAS 34*) e de acordo com a deliberação CVM 673/11 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 2.2. Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

### 2.3. Bases de consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e de resultado da Companhia e de suas controladas que são registradas pelo método de equivalência patrimonial.

O exercício social e as informações contábeis intermediárias das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da Controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela Controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

## Notas Explicativas

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

### • Controladas

Companhias	30/06/2019		31/12/2018	
	Participação (%)		Participação (%)	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. ("Econorte")	100,00	-	100,00	-
Rio Tibagi Serviços de Operações e de Apoio Rodoviários Ltda ("Rio Tibagi")	100,00	-	100,00	-
Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. ("Concepa")	100,00	-	100,00	-
Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Guaíba")	100,00	-	100,00	-
Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. ("Concer")	81,84	-	74,87	-
Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito")	62,50	-	62,50	-
Concessionária das Rodovias do Vale do Paraíba S.A. - Triunfo Convale ("Convale")	100,00	-	100,00	-
Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra")	100,00	-	100,00	-
Dable Participações Ltda ("Dable") (i)	100,00	-	100,00	-
BR Vias Holding TBR S.A. ("BR Vias Holding TBR") (i) (ii)	-	100,00	-	100,00
Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Transbrasiliana") (ii)	-	100,00	-	100,00
Centro Tecnológico de Infraestrutura Viária ("CTVias")	100,00	-	100,00	-
TPI-Log S.A. ("TPI-Log") (iii)	100,00	-	100,00	-
TPB Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB") (iii)	-	100,00	-	100,00
Rio Claro Energia Ltda ("Rio Claro")	100,00	-	100,00	-
Tucano Energia S.A. ("Tucano")	100,00	-	100,00	-
Retirinho Energia S.A. ("Retirinho")	100,00	-	100,00	-
Guariroba Energia S.A. ("Guariroba")	100,00	-	100,00	-
Estrela Energia S.A. ("Estrela")	100,00	-	100,00	-
Taboca Energia S.A. ("Taboca")	100,00	-	100,00	-
ATTT do Brasil Inspeções e Participações Ltda ("ATTT")	64,00	-	64,00	-
Juno Participações e Investimentos S.A. ("Juno")	100,00	-	100,00	-
TPL – Terminal Portuário Logístico S.A. ("TPL") (iv)	100,00	-	100,00	-
Vênus Participações e Investimentos S.A. ("Vênus")	100,00	-	100,00	-
Mercurio Participações e Investimentos S.A. ("Mercurio")	100,00	-	100,00	-
Netuno Participações e Investimentos S.A. ("Netuno")	100,00	-	100,00	-
Minerva Participações e Investimentos S.A. ("Minerva")	100,00	-	100,00	-

- (i) A Dable detém 100,00% de participação na BR Vias Holding TBR.  
(ii) A BR Vias Holding TBR detém 100,00% de participação na controlada Transbrasiliana.  
(iii) A TPI-Log detém 100,00% de participação na TPB.  
(iv) A TPL é a nova razão social da controlada Santa Cruz Participações e Investimentos S.A.

### • Controladas em conjunto

Companhias	30/06/2019		31/12/2018	
	Participação (%)		Participação (%)	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Aeroportos Brasil S.A. Em Recuperação Judicial ("Aeroportos Brasil") (i)	48,12	-	48,12	-
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. Em Recuperação Judicial ("Viracopos") (i)	-	24,54	-	24,54
Viracopos Estacionamentos S.A. Em Recuperação Judicial ("VESA") (i)	-	24,54	-	24,54
Tijoá Participações e Investimentos S.A. ("Tijoá") (ii)	-	50,10	-	50,10
Centro de Soluções Estratégicas S.A. ("CSE") (ii)	-	50,10	-	50,10
Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale") (iii)	52,50	-	52,50	-

- (i) A Aeroportos Brasil detém 51% de participação em Viracopos e Viracopos detém 100,0% de participação na VESA.  
(ii) A controlada Juno detém 50,1% de participação na Tijoá e no CSE.  
(iii) A concessão do Sistema Rodoviário BR-470/SC foi cancelada quando ainda estava em fase pré-operacional. A controlada em conjunto não possui movimentação financeira.

## 2.4. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

## Notas Explicativas

### 2.5. Principais políticas contábeis e uso de estimativas e julgamentos

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018, não houve alterações significativas para essas informações contábeis intermediárias em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, exceto pela alteração de prática contábil para início da amortização das obras da Nova Subida da Serra, conforme nota explicativa nº 14.

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia destaca abaixo os efeitos da aplicação do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16).

	Controladora	Consolidado
<b>Ativos</b>		
Direito de uso (i)	-	21.293
<b>Passivos</b>		
Passivo de arrendamento	-	(21.293)

(i) Os ativos relacionados ao direito de uso estão registrados na rubrica de ativo intangível, nota explicativa nº 14.

A IFRS 16 substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso, que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado, e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor estão isentos destas divulgações.

O impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial foi concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais, bem como a substituição da despesa linear de arrendamento operacional por um custo de amortização linear de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia aplicou a IFRS 16 inicialmente usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 foi reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos saldos em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Na adoção inicial, a Companhia utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos pelo IFRS 16 / CPC 06 (R2):

- Não registrou os contratos que na data da aplicação inicial se encerrarão dentro de 12 meses;
- Não reavaliou se o contrato é ou contém arrendamento na data da aplicação inicial. A Companhia aplicou a norma a contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento;
- Não registrou os contratos de baixo valor;
- Aplicou taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares.

## Notas Explicativas

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Disponibilidades	20	33	9.894	23.704
Aplicações financeiras	285	12	58.290	95.859
	<b>305</b>	<b>45</b>	<b>68.184</b>	<b>119.563</b>

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa referem-se substancialmente a recursos aplicados em Certificado de Depósito Bancário (CDB), lastreados ao rendimento dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

### 4. Caixa restrito

	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
Caixa restrito - Concer	2.021	1.864
	<b>2.021</b>	<b>1.864</b>

Em 21 de julho de 2017, a Concer assinou Acordo de Condição Resolutiva junto aos Debenturistas e titulares de Notas Promissórias para definir os termos de quitação dos títulos vencidos. Em 16 de agosto de 2017 foi assinado o 1º Aditivo ao Acordo de Credores Seniores, sendo alterada a operacionalização do pagamento, por meio de retenção parcial de recursos em conta vinculada, até os limites de cada parcela de amortização. O Acordo prevê a liquidação destes títulos mediante o pagamento de 43 parcelas mensais por meio do sistema SAC (Sistema de Amortização Constante), com início de 2017 a abril de 2021, mediante o bloqueio de recursos necessários para o pagamento de principal e juros.

São bloqueados apenas os valores necessários para pagamento de principal e juros da dívida dos respectivos meses, permanecendo retidos estes valores até o dia útil anterior a cada data de pagamento, e liberados os valores excedentes.

### 5. Aplicações financeiras vinculadas

	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
Transbrasiliana	8.474	8.458
Econorte	15	17.661
	<b>8.489</b>	<b>26.119</b>
Parcela do circulante	8.474	26.084
Parcela do não circulante	15	35

A controlada Transbrasiliana mantém aplicação financeira em CDB, com liquidez diária, sendo remunerada pela variação dos CDIs, mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES (vide nota explicativa nº 15).

A controlada Econorte deve constituir reserva monetária para o pagamento das remunerações mensais e amortizações das debêntures (vide nota explicativa nº 16). A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário e atualmente sua constituição está suspensa, conforme deliberações dos debenturistas (vide nota explicativa nº 1.1, item i).

## Notas Explicativas

### 6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Pedágio (cartão e vale-pedágio)	-	-	42.445	40.475
Uso da faixa de domínio	-	-	3.374	9.454
Outras contas a receber	825	1.168	20.200	15.086
	<b>825</b>	1.168	<b>66.019</b>	65.015
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (i)	-	-	(18.335)	(18.334)
	<b>825</b>	1.168	<b>47.684</b>	46.681
Parcela do circulante	825	1.168	47.017	46.014
Parcela do não circulante	-	-	667	667

- (i) A provisão para crédito de liquidação duvidosa refere-se a saldos de contas a receber das controladas Concer e Transbrasiliana relativos a uso de faixa de domínio (R\$5.217), e à venda de licença ambiental obtida pela Concepa ao poder concedente classificada em Outras contas a receber (R\$13.118), que encontram-se vencidos há mais de 90 dias.

A seguir, o saldo das contas a receber consolidado por vencimento:

	30/06/2019	31/12/2018
A vencer e vencidos até 90 dias	47.684	46.681
Vencidos há mais de 90 dias	18.335	18.334
	<b>66.019</b>	65.015

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	30/06/2019	31/12/2018
Saldo no início do período	(18.334)	(26.231)
Adições	(1)	(811)
Baixas	-	8.708
Saldo no final do período	<b>(18.335)</b>	(18.334)

A Triunfo e suas controladas adotam como critério para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa os itens vencidos há mais de 90 dias.

A provisão constituída é considerada suficiente pela Companhia para créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

### 7. Contas a receber – contratos de concessão

	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
Contas a receber de aditivos - Concepa	20.164	20.164
	<b>20.164</b>	20.164

A controlada Concepa recebeu em 16 de abril de 2014, por meio do 13º termo aditivo do contrato de concessão, a autorização da ANTT para a execução da quarta faixa da BR-290/RS de Porto Alegre até a cidade de Gravataí. A obra previa alargamento das pistas da BR-290/RS nos dois sentidos, entre o acesso da BR-448, em Porto Alegre, e o trevo de Gravataí que dá acesso à RS-118.

De acordo com a nota técnica nº 099/2017 emitida pela ANTT após a revisão da Agência, o saldo recomposto a ser liquidado referente ao 13º aditivo é de R\$20.164. O aditivo previa que, caso não houvesse a liquidação financeira, o saldo restante a receber poderia ser convertido em extensão de prazo do contrato de concessão, por período proporcional aos valores não liquidados.

## Notas Explicativas

As operações da Concepa se encerraram em 03 de julho de 2018 (vide nota explicativa nº 1, item i). A concessionária mantém as tratativas que buscam o reequilíbrio financeiro de investimentos realizados ao longo do período administrado e ainda não remunerados, incluindo o saldo do 13º termo aditivo.

### 8. Impostos de renda e contribuição social

Os impostos diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro.

É requerido julgamento significativo da Administração para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal.

#### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<u>Prejuízo fiscal e base negativa (i)</u>	<b>93.512</b>	69.055
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Provisão para manutenção	<b>60.282</b>	61.247
Provisão para demandas judiciais e administrativas	<b>18.445</b>	17.371
Amortização de ágio	<b>120</b>	120
Outras provisões temporárias	<b>1.013</b>	2.831
	<b>79.860</b>	81.569
IRPJ/CSLL diferidos referentes ao valor justo reconhecido na aquisição do investimento Transbrasiliana (ii)	<b>22.587</b>	23.198
	<b>195.959</b>	173.822

- (i) Saldos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL das controladas Concer (R\$36.978), Concebra (R\$41.972) e Transbrasiliana (R\$14.562).
- (ii) Impostos diferidos decorrentes do reconhecimento do valor justo na aquisição dos ativos da Transbrasiliana.

O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos decorrentes da provisão para manutenção é de até 5 anos.

A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa, indicada pelas projeções de resultado tributável é:

<b>Consolidado</b>	
Exercício a findar-se em:	
2019	12.566
2020	7.858
2021	499
2022	4.151
2023	5.720
2024	22.616
Após 2024	40.102
	<b>93.512</b>

**Notas Explicativas****b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Reserva de reavaliação	<b>23.315</b>	30.066
Receita de construção – Aditivos	<b>106.519</b>	115.373
Custos financeiros capitalizados	<b>11.231</b>	16.122
Instrumentos derivativos / Valor justo debêntures	<b>13.389</b>	-
Estorno de amortizações – ICPC 01	<b>3.612</b>	20.048
Outros	<b>14.868</b>	-
	<b>172.934</b>	181.609

**c) Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados - Controladora**

Os saldos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro da Companhia e de suas controladas não tem prescrição e são compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, a qual restringiu a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos e são demonstrados como segue:

	<b>30/06/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Triunfo	<b>69.164</b>	58.229
	<b>69.164</b>	58.229

Os créditos fiscais sobre o prejuízo e base negativa da contribuição social da Triunfo não foram registrados devido não haver histórico de lucros tributáveis e não atenderem aos requisitos para reconhecimento inicial.

Em 2017, a Companhia cedeu créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para suas controladas, com a finalidade de utilização nos programas de parcelamento da Receita Federal, o Programa de Regularização Tributária (PRT), estabelecido pela Medida Provisória 766/17 e o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), criado pela Medida Provisória 783/17, que foi convertida na Lei 13.496/2017. Foi utilizado o montante de R\$ 575.751 do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (créditos de R\$195.756) nos programas de parcelamento citados acima consolidados em dezembro de 2018.

**d) Imposto de renda e contribuição social - resultado**

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado:

	<b>30/06/2019</b>				
	<b>Controladora</b>	<b>Controladas Lucro Real</b>	<b>Outras controladas</b>	<b>Eliminações</b>	<b>Consolidado</b>
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	(167.495)	(185.701)	(22.957)	165.918	(210.235)
À alíquota fiscal vigente (34%)	56.948	63.139	7.805	(56.412)	71.480
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:					
Resultado de Equivalência Patrimonial	(52.602)	-	-	-	(52.602)
Juros sobre o capital próprio	-	55	-	-	55
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	(628)	21.938	-	-	21.310
Provisão perdas desvalorização ativos	-	5.817	-	-	5.817
Incentivos fiscais (PAT, Pronac e outros)	-	(20)	-	-	(20)
Parcela isenta do IRPJ	-	251	-	-	251
Prejuízos fiscais e bases negativas não reconhecidos	(3.718)	(59.899)	-	-	(63.617)
Diferença da base de cálculo para empresas tributadas no lucro presumido	-	-	(7.838)	55.902	48.064
IRPJ e CSLL correntes	-	(143)	(33)	-	(176)
IRPJ e CSLL diferidos	-	31.424	-	(510)	30.914
Total de IRPJ e CSLL	-	<b>31.281</b>	<b>(33)</b>	<b>(510)</b>	<b>30.738</b>

Alíquota efetiva (i)

17%

15%

## Notas Explicativas

- (i) A alíquota efetiva das investidas optantes pelo Lucro Real está distorcida principalmente devido à não constituição dos impostos diferidos pelas controladas Econorte e Concebra, em razão da indefinição do lucro esperado para os próximos anos. Desconsiderando este efeito, a alíquota efetiva na apuração do Lucro Real seria de 34%.

	30/06/2018				
	Controladora	Controladas Lucro Real	Outras controladas	Eliminações	Consolidado
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	(18.077)	(34.588)	421	5.831	(46.413)
À alíquota fiscal vigente (34%)	6.146	11.759	(143)	(1.983)	15.779
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:					
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.063)	-	-	-	(1.063)
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	(2.921)	4.980	-	-	2.059
Incentivos fiscais (PAT, Pronac e outros)	-	(19)	-	-	(19)
Parcela isenta do IRPJ	-	24	-	-	24
Prejuízos fiscais e bases negativas não reconhecidos	(2.162)	-	-	-	(2.162)
Outros ajustes (controladas lucro presumido e eliminações)	-	-	9	1.388	1.397
IRPJ e CSLL correntes	-	(22.720)	(134)	-	(22.854)
IRPJ e CSLL diferidos	-	39.464	-	(595)	38.869
Total de IRPJ e CSLL	-	16.744	(134)	(595)	16.015
Alíquota efetiva (i)		48%			35%

- (i) A alíquota efetiva das investidas optantes pelo Lucro Real está distorcida devido a uma exclusão de R\$5 milhões realizada pela controlada Concepa, decorrente da decisão da Receita Federal que reduz o valor de um auto de infração cuja despesa havia sido adicionada na base de cálculo dos impostos em 2017. Desconsiderando este efeito, a alíquota efetiva na apuração do Lucro Real seria de 33%.

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real. Adicionalmente, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos quando não há presunção de resultados tributáveis futuros, resultando em alíquota efetiva demonstrada acima.

## 9. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Credores – Leilão Reverso (i)	11.197	10.914	11.197	10.914
Bloqueios judiciais (ii)	3.603	-	8.701	-
Outros depósitos judiciais (iii)	83	100	6.582	11.971
	<b>14.883</b>	<b>11.014</b>	<b>26.480</b>	<b>22.885</b>

- (i) Depósitos judiciais realizados em favor dos credores dos fundos FLA *Investors*, contemplados no Leilão Reverso do Plano de RE da Triunfo (vide nota explicativa nº 15).
- (ii) Bloqueios judiciais provenientes de ação cível popular imposta pelo Ministério Público Federal da Triunfo e da controlada Econorte.
- (iii) Depósitos e bloqueios judiciais diversos relacionados a processos de natureza cível, tributária e trabalhista.



## Notas Explicativas

### 10. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são referentes a operações com controladas, controladas em conjunto e sociedades que estão sob controle comum da Companhia.

Os principais saldos e valores estão descritos a seguir:

	Controladora					
	30/06/2019			31/12/2018		30/06/2018
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<b>Dividendos a receber:</b>						
Concer	1	-	-	1	-	-
Tijoa	-	-	-	16.533	-	-
CSE	-	-	-	652	-	-
Juno	-	-	-	2.158	-	-
Rio Guaíba	1.386	-	-	-	-	-
<b>Outros:</b>						
Vênus	-	14.282	-	-	14.282	-
Juno	-	110	-	-	-	-
Concer (i)	9.103	-	-	2.982	-	-
<b>Total do circulante</b>	<b>10.490</b>	<b>14.392</b>	<b>-</b>	<b>22.326</b>	<b>14.282</b>	<b>-</b>
<b>Mútuos/ Operações financeiras:</b>						
Concepa (ii)	-	-	-	-	-	131
Rio Claro (iii)	47.187	-	1.956	78.183	-	7.891
Concer (iv)	6.510	-	447	6.063	-	389
<b>Outros:</b>						
Econorte	15.069	-	2.173	12.729	-	4.173
Rio Tibagi	1.753	-	-	1.752	-	-
Rio Guaíba	770	-	-	982	-	489
Concepa (v)	-	-	-	169.358	-	1.953
Concer (v)	40.219	-	2.867	37.872	-	3.601
Concer (i) (v)	31.782	-	1.305	36.598	-	-
Concebra (v)	41.004	-	2.770	37.640	-	3.137
Transbrasiliiana (v)	27.998	-	886	27.106	-	979
Vênus	8.659	-	-	8.659	-	-
Aeroportos Brasil (i)	31.317	-	-	31.317	-	-
(-) PCLD (i)	(31.317)	-	-	(31.317)	-	-
Outros	708	-	50	646	-	-
<b>Total do não circulante</b>	<b>221.659</b>	<b>-</b>	<b>12.454</b>	<b>417.588</b>	<b>-</b>	<b>22.743</b>

- (i) Contas a receber da controlada Concer e da controlada em conjunto Aeroportos Brasil referente a sub-rogação da Triunfo na posição dos credores contemplados no Leilão Reverso (vide nota explicativa nº 15). A Companhia registrou uma provisão para crédito de liquidação duvidosa para os saldos a receber da controlada em conjunto Aeroportos Brasil, devido ao cenário de Recuperação Judicial da investida (vide nota explicativa nº 1, item v).
- (ii) Mútuo referente a captações da Concepa com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período, liquidado em junho de 2018.
- (iii) Mútuo referente a captações da Rio Claro com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (iv) Mútuo referente a captações da Concer com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 7% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (v) Contas a receber das controladas que incluem, além de reembolsos de despesas, créditos de IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Triunfo, cedidos às controladas para fins de abatimento de débitos tributários nos programas de parcelamentos (PRT e PERT) (vide nota explicativa nº 8, item c).

## Notas Explicativas

	Consolidado					
	30/06/2019			31/12/2018		30/06/2018
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Tijoa	-	-	-	16.532	-	-
CSE	-	-	-	652	-	-
Concer	1	-	-	-	-	-
Rio Guaíba	1.386	-	-	-	-	-
Prestação de serviço:						
Consórcio NSS (Concer) (i)	-	25.556	-	-	26.745	-
CTSA (Econorte)	-	2.150	-	-	4.306	-
CTSA (Transbrasiliana)	-	3.969	-	-	4.842	-
Outros:						
Sócios minoritários - Concer	-	3.016	-	-	3.016	-
Outros	-	1.980	-	-	2.073	-
<b>Total do circulante</b>	<b>1.387</b>	<b>36.671</b>	-	17.184	40.982	-
Prestação de serviço:						
Consórcio NSS (Concer) (i)	145	-	-	145	-	-
CTSA (Econorte)	74	-	-	3.479	-	-
Outros:						
Aeroportos Brasil S.A (iii)	31.317	-	-	31.317	-	-
(-) PCLD (iii)	(31.317)	-	-	(31.317)	-	-
Outros	1.628	-	-	1.235	-	-
<b>Total do não circulante</b>	<b>1.847</b>			4.859	-	-
Ativo Intangível de concessão e Imobilizado:						
CTSA (Concebra) (ii)	48.010	-	-	48.707	-	-
<b>Total de imobilizado/intangível</b>	<b>48.010</b>	-	-	48.707	-	-
<b>Total</b>	<b>51.244</b>	<b>36.671</b>	-	70.750	40.982	-

- (i) A Concer contratou a Construtora Triunfo S.A. ("CTSA"), diretamente ou em conjunto com outras companhias, através de consórcios construtores nos quais está participa, para execução das obras de ampliação e recuperação estrutural das rodovias. Os preços e as quantidades das obras realizadas nas rodovias estão de acordo com o estabelecido no contrato de concessão e são fiscalizados pelo poder concedente.
- (ii) Os saldos correspondem a adiantamentos para construção de ativos das concessões de rodovias e estão classificados no saldo do Ativo Intangível.
- (iii) Contas a receber referente a sub-rogação da Triunfo na posição dos credores contemplados no Leilão Reverso (vide nota explicativa nº 15). A Companhia registrou uma provisão para crédito de liquidação duvidosa para os saldos a receber da controlada em conjunto Aeroportos Brasil, devido ao cenário de Recuperação Judicial da investida (vide nota explicativa nº 1, item v).

## 11. Participações a comercializar e operações descontinuadas

### Ativo mantido para venda

Com o objetivo de melhorar sua estrutura de capital, a Companhia implementou ações para a alienação de ativos, objetivando gerar recursos e reduzir o seu grau de endividamento. Dentre os investimentos que detém participação, a Companhia destacou os ativos Aeroportos Brasil, Portonave, Tijoa e CSE, os quais foram destinados à venda.

Desta forma, desde 31 de dezembro de 2016 a Companhia reclassificou seus investimentos nas controladas em conjunto citadas acima na rubrica "Participações a comercializar" no ativo circulante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. Conforme o CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada (IFRS 5), os ativos estão registrados pelo valor contábil dos investimentos, que representam valor inferior ao seu valor justo.

O investimento na controlada em conjunto Aeroportos Brasil foi baixado para perda, conforme nota explicativa nº 1, item v) e o ativo Portonave foi alienado em 2017. Desta forma, em 30 de junho de 2019 apenas os investimentos em Tijoa e CSE permanecem destinados à venda.

## Notas Explicativas

Em 1º de agosto de 2019 foi celebrado contrato de compra e venda de ações junto a uma afiliada do *BlackRock Global Energy & Power Infrastructure Funds* tendo por objetivo alienar 100% da participação da Companhia, direta e indireta, nas companhias Juno, Tijoá e CSE (vide nota explicativa nº 30, item iii). A Juno é subsidiária integral da Triunfo e detém 50,1% de participação nas companhias Tijoá e CSE. O saldo de investimento na controlada Juno, após reclassificação dos ativos disponíveis para venda, está demonstrado na rubrica de investimentos (nota explicativa nº 12).

### a) Composição dos investimentos destinados à venda e das operações descontinuadas

	<b>Controladora e consolidado</b>					Saldos em 31/12/2018
	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Ágio gerado na aquisição	Saldos em 30/06/2019	
Tijoá	45.692	50,10%	22.891	6.452	<b>29.344</b>	17.018
CSE	5.303	50,10%	2.657	-	<b>2.657</b>	2.581
Participações a comercializar	50.995		25.548	6.452	<b>32.001</b>	19.599

Os resultados desses investimentos estão apresentados na rubrica de “Resultado de operações descontinuadas” na demonstração de resultado do exercício da controlada e do consolidado, separadamente dos resultados das operações em continuidade.

<b>Investimento</b>	<b>Resultado de operações descontinuadas (Controladora e consolidado)</b>	
	<b>30/06/2019</b>	<b>30/06/2018</b>
Tijoá	<b>14.594</b>	2.738
CSE	<b>75</b>	536
<b>Total</b>	<b>14.669</b>	3.274

### b) Principais saldos dos investimentos destinados à venda

<b>Investida</b>	<b>Ativo circulante</b>	<b>Ativo não circulante</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>Passivo não circulante</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Resultado do período</b>
Tijoá	66.754	38.960	29.790	30.232	45.692	29.131
CSE	9.645	1.559	5.617	284	5.303	149

## Notas Explicativas

## 12. Investimentos

## a) Investimentos permanentes

Investimento	Controladora				Investimentos permanentes 30/06/2019	Investimentos permanentes 31/12/2018
	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Outras		
Rio Tibagi	3.094	100,00%	3.094	-	<b>3.094</b>	3.107
Rio Guaíba	-	100,00%	-	-	-	21.747
Concer (i)	259.715	81,84%	212.551	(363)	<b>212.188</b>	238.032
Rio Bonito	11.572	62,50%	7.232	-	<b>7.232</b>	7.401
Concebra	201.151	100,00%	201.151	-	<b>201.151</b>	287.170
Convale (iv)	13.461	100,00%	13.461	(13.461)	-	49
TPI-Log (v)	78.781	100,00%	78.781	-	<b>78.781</b>	78.772
Rio Claro	1.781	100,00%	1.781	-	<b>1.781</b>	1.909
Dable (ii)	208.787	100,00%	208.787	-	<b>208.787</b>	211.010
ATTT (i)	131	64,00%	84	50	<b>134</b>	134
TPL	25.727	100,00%	25.727	-	<b>25.727</b>	25.727
Taboca	4.262	100,00%	4.262	-	<b>4.262</b>	4.262
Tucano	8.892	100,00%	8.892	-	<b>8.892</b>	8.892
Retirinho	2.674	100,00%	2.674	-	<b>2.674</b>	2.674
Guariroba	2.896	100,00%	2.896	-	<b>2.896</b>	2.864
Estrela	2.755	100,00%	2.755	-	<b>2.755</b>	2.755
Mercurio	1	100,00%	1	-	<b>1</b>	1
Minerva	1	100,00%	1	-	<b>1</b>	1
Netuno	1	100,00%	1	-	<b>1</b>	1
CTVias (iv)	(1.072)	100,00%	(1.072)	11.116	<b>10.044</b>	10.937
Venus	4.409	100,00%	4.409	-	<b>4.409</b>	3.011
Juno (iii)	32.111	100,00%	32.111	(32.001)	<b>110</b>	-
<b>Total Investimentos</b>	<b>861.130</b>		<b>809.579</b>	<b>(34.659)</b>	<b>774.920</b>	<b>910.456</b>
Juno (iii)	-	100,00%	-	-	-	(2.158)
Rui Guaíba	(191)	100,00%	(191)	-	<b>(191)</b>	-
Ecovale (i)	-	52,50%	-	(46)	<b>(46)</b>	(48)
Concepa	(16.191)	100,00%	(16.191)	-	<b>(16.191)</b>	(209.431)
Econorte	(112.324)	100,00%	(112.324)	-	<b>(112.324)</b>	(105.433)
<b>Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias</b>	<b>(128.706)</b>		<b>(128.706)</b>	<b>(46)</b>	<b>(128.752)</b>	<b>(317.070)</b>
<b>Total Investimentos Líquido</b>	<b>732.424</b>		<b>680.873</b>	<b>(34.705)</b>	<b>646.168</b>	<b>593.386</b>

- (i) As controladas apresentam um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes e na integralização de capital, devido a envio de recursos em proporção diferente à participação da Companhia nas investidas.
- (ii) A controlada Dable detém 100% de participação na BR Vias Holding TBR, que detém 100% de participação na Transbrasiliana.
- (iii) A Juno possui 50,1% de participação na Tijoá e no CSE, e os saldos dos investimentos estão reclassificados para participações a comercializar (vide nota explicativa nº 11).
- (iv) O ágio e a mais valia na aquisição do CTVias, líquidos de amortização (R\$11.116), são reconhecidos no saldo de investimentos na Controladora.
- (v) A controlada TPI-Log detém 100% de participação na TPB.
- (vi) A controlada apresenta uma desqualificação decorrente de créditos a receber da Triunfo, demonstrados como redução do investimento na controladora.

Investimento	Consolidado			
	30/06/2019	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2018	Resultado de equivalência patrimonial
Investimento				
Ecovale	<b>(46)</b>	-	(48)	-
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	<b>(46)</b>	-	(48)	-

**Notas Explicativas****b) Movimentação dos investimentos permanentes**

Investimento	Investimentos permanentes 31/12/2018	Aportes de capital e aquisições	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos distribuídos	Outros	Investimentos permanentes 30/06/2019	Resultado de equivalência patrimonial 30/06/2018
Econorte	(105.433)	-	(6.891)	-	-	<b>(112.324)</b>	4.476
Rio Tibagi	3.107	-	(13)	-	-	<b>3.094</b>	(907)
Concepa (i)	(209.431)	7.638	(6.089)	-	191.691	<b>(16.191)</b>	32.669
Rio Guaíba	21.747	880	(1.081)	(21.737)	-	<b>(191)</b>	11.044
Concer (ii)	238.032	-	(46.990)	-	21.146	<b>212.188</b>	(22.665)
Rio Bonito	7.401	-	(169)	-	-	<b>7.232</b>	(173)
Concebra	287.170	260	(86.279)	-	-	<b>201.151</b>	(32.266)
Convale	49	6	(55)	-	-	-	(85)
Ecovale	(48)	2	-	-	-	<b>(46)</b>	-
TPI-Log	78.772	39	(30)	-	-	<b>78.781</b>	(45)
Rio Claro	1.909	10	(138)	-	-	<b>1.781</b>	(5.993)
ATTT	134	-	-	-	-	<b>134</b>	-
Juno	(2.158)	13	(12)	-	2.267	<b>110</b>	(17)
TPL	25.727	14	(14)	-	-	<b>25.727</b>	(11)
Terlip	-	-	-	-	-	-	(15)
Taboca	4.262	11	(11)	-	-	<b>4.262</b>	(12)
Dable	211.010	4.925	(7.148)	-	-	<b>208.787</b>	(3.622)
Tucano	8.892	42	(42)	-	-	<b>8.892</b>	(22)
Retirinho	2.674	21	(21)	-	-	<b>2.674</b>	(15)
Guariroba	2.864	43	(11)	-	-	<b>2.896</b>	(11)
Estrela	2.755	7	(7)	-	-	<b>2.755</b>	(14)
Vênus	3.011	17	1.381	-	-	<b>4.409</b>	15.781
Mercurio	1	4	(4)	-	-	<b>1</b>	(7)
Minerva	1	3	(3)	-	-	<b>1</b>	(4)
Netuno	1	3	(3)	-	-	<b>1</b>	(7)
CT Vias	10.937	306	(1.083)	-	(116)	<b>10.044</b>	(1.198)
Trevally	-	-	-	-	-	-	(7)
<b>Total Investimentos</b>	<b>593.386</b>	<b>14.244</b>	<b>(154.713)</b>	<b>(21.737)</b>	<b>214.988</b>	<b>646.168</b>	<b>(3.126)</b>

- (i) Aumento de capital realizado na controlada Concepa mediante aporte financeiro e integralização de créditos detidos pela controladora.
- (ii) Ganho por aumento de participação na controlada Concer, devido à transferência de ações de minoritários para a Companhia.

**c) Conciliação do patrimônio líquido e resultado do período da Controladora com consolidado**

	Patrimônio Líquido		Lucro (Prejuízo) líquido	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	30/06/2018
Controladora	752.438	884.119	(152.826)	(14.803)
Participação de acionistas não controladores	51.863	83.946	(12.002)	(12.321)
<b>Consolidado</b>	<b>804.301</b>	<b>968.065</b>	<b>(164.828)</b>	<b>(27.124)</b>

## Notas Explicativas

### d) Saldos de ativo, passivo e resultado das controladas em 30 de junho de 2019

Controlada	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Resultado do período
Econorte	17.605	67.988	160.403	37.513	(112.323)	(6.890)
Rio Tibagi	922	4.157	1.834	151	3.094	(12)
Concepa	27.075	294	36.517	7.042	(16.190)	(6.090)
Rio Guaíba	769	1.289	2.249	-	(191)	(1.080)
Concer	30.239	1.048.773	290.120	529.177	259.715	(58.891)
Rio Bonito	10.967	629	24	-	11.572	(270)
Convale	-	13.461	-	-	13.461	(55)
Concebra	35.005	1.618.888	1.141.414	311.328	201.151	(86.278)
Dable	-	208.787	-	-	208.787	(7.148)
BRVias Holding	1.261	343.369	105.996	593	238.041	(7.941)
Transbrasileira	17.538	601.181	108.342	167.237	343.140	(1.278)
CTVias	677	4.481	2.499	3.731	(1.072)	(1.083)
Venus	14.283	-	8.659	1.215	4.409	1.381
TPI - Log	-	78.780	-	-	78.780	(30)
TPL	-	59.813	1.504	32.582	25.727	(14)
Juno	32.111	-	-	-	32.111	14.657
Rio Claro	42.337	8.039	48.595	-	1.781	(1.598)
Tucano	-	8.892	-	-	8.892	(42)
Retirinho	-	2.674	-	-	2.674	(21)
Guariroba	32	2.864	-	-	2.896	(11)
Estrela	-	2.755	-	-	2.755	(7)
Taboca	-	4.262	-	-	4.262	(11)
ATTT	-	131	-	-	131	-
Mercurio	1	-	-	-	1	(4)
Netuno	1	-	-	-	1	(3)
Minerva	1	-	-	-	1	(3)

## 13. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, se este for o caso. O custo do imobilizado inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo. A depreciação é calculada de forma linear.

	Consolidado							Total
	Terrenos	Edificações e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Proc. de Dados	Veículos	Outros	
<b>Custo</b>								
Saldo em 31/12/2018	144.672	22.817	15.446	1.587	3.036	13.493	1.194	202.245
Construções / Aquisições	-	-	420	6	52	205	1	684
Baixas	-	-	(79)	(1)	-	-	-	(80)
<b>Saldo em 30/06/2019</b>	<b>144.672</b>	<b>22.817</b>	<b>15.787</b>	<b>1.592</b>	<b>3.088</b>	<b>13.698</b>	<b>1.195</b>	<b>202.849</b>
<b>Depreciação</b>								
Saldo em 31/12/2018	-	(7.847)	(8.175)	(1.324)	(2.207)	(10.547)	(501)	(30.601)
Depreciação	-	(486)	(795)	(110)	(87)	(477)	(29)	(1.984)
Depreciação – Mais valia	-	-	(48)	-	-	-	-	(48)
Baixas	-	-	52	-	-	-	-	52
<b>Saldo em 30/06/2019</b>	<b>-</b>	<b>(8.333)</b>	<b>(8.966)</b>	<b>(1.434)</b>	<b>(2.294)</b>	<b>(11.024)</b>	<b>(530)</b>	<b>(32.581)</b>
<b>Valor residual líquido</b>								
Saldo em 31/12/2018	144.672	14.970	7.271	263	829	2.946	693	171.644
<b>Saldo em 30/06/2019</b>	<b>144.672</b>	<b>14.484</b>	<b>6.821</b>	<b>158</b>	<b>794</b>	<b>2.674</b>	<b>665</b>	<b>170.268</b>
Taxas médias de depreciação		<b>4%</b>	<b>10%</b>	<b>10%</b>	<b>20%</b>	<b>20%</b>	<b>10%</b>	

## Notas Explicativas

## 14. Intangível e intangível em construção

Custo	Controladora		
	Desenvolvimento de projetos (i)	Licenças de uso e softwares	Total Intangível
Saldo em 31/12/2018	1.294	549	1.843
Adições	606	-	606
<b>Saldo em 30/06/2019</b>	<b>1.900</b>	<b>549</b>	<b>2.449</b>
<b>Amortização</b>			
Saldo em 31/12/2018	-	(186)	(186)
Amortização	-	(55)	(55)
<b>Saldo em 30/06/2019</b>	<b>-</b>	<b>(241)</b>	<b>(241)</b>
Valor residual líquido			
Saldo em 31/12/2018	1.294	363	1.657
<b>Saldo em 30/06/2019</b>	<b>1.900</b>	<b>308</b>	<b>2.208</b>
Taxas de amortização		20%	

(i) Referem-se aos gastos com desenvolvimento de projetos no segmento portuário.

Custo	Consolidado										Consolidado Intangível em construção (vii)
	Total Controladora	Ativos de Concessão Rodovias (i)	Direito de Uso (IFRS 16 / CPC 06) (viii)	Projetos de atividades portuárias (ii)	Projetos/ Estudos de PCHs (iii)	Outros	Ágio na aquisição da Transbrasiliana (iv)	Ágio na aquisição CTVias (v)	Carteira clientes (CTVias) (vi)	Total Intangível	
Saldo em 31/12/2018	1.843	4.663.149	-	8.769	9.902	327	17.738	9.555	1.355	4.712.638	963.989
Adições	606	18.021	207	-	-	-	-	-	-	18.834	17.166
Adoção Inicial CPC06/IFRS 16	-	-	21.293	-	-	-	-	-	-	21.923	-
Baixas	-	(355)	-	-	-	-	-	-	-	(355)	(1.083)
Transferências	-	336.590	-	-	-	-	-	-	-	336.590	(336.590)
<b>Saldo em 30/06/2019</b>	<b>2.449</b>	<b>5.017.405</b>	<b>21.500</b>	<b>8.769</b>	<b>9.902</b>	<b>327</b>	<b>17.738</b>	<b>9.555</b>	<b>1.355</b>	<b>5.089.000</b>	<b>643.482</b>
<b>Amortização</b>											
Saldo em 31/12/2018	(186)	(2.417.499)	-	-	-	(209)	(2.752)	-	(135)	(2.420.781)	-
Amortização	(55)	(162.929)	(1.342)	-	-	-	(395)	-	(68)	(164.789)	-
Mais valia	-	(19.858)	-	-	-	-	-	-	-	(19.858)	-
Baixas	-	57	-	-	-	-	-	-	-	57	-
<b>Saldo em 30/06/2019</b>	<b>(241)</b>	<b>(2.600.229)</b>	<b>(1.342)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(209)</b>	<b>(3.147)</b>	<b>-</b>	<b>(203)</b>	<b>(2.605.371)</b>	<b>-</b>
Valor residual líquido											
Saldo em 31/12/2018	1.657	2.245.650	-	8.769	9.902	118	14.986	9.555	1.220	2.291.857	963.989
<b>Saldo em 30/06/2019</b>	<b>2.208</b>	<b>2.417.176</b>	<b>20.158</b>	<b>8.769</b>	<b>9.902</b>	<b>118</b>	<b>14.591</b>	<b>9.555</b>	<b>1.152</b>	<b>2.483.629</b>	<b>643.482</b>

- (i) Ativos referentes ao direito de concessão das rodovias amortizáveis durante os prazos de concessões pela curva de tráfego. As adições do período referem-se a investimentos feitos nas rodovias que serão amortizados durante os prazos remanescentes das concessões, conforme determina o ICPC 01.
- (ii) Refere-se aos gastos com desenvolvimento de projetos no segmento portuário, que ainda não estão em fase operacional.
- (ii) Refere-se aos gastos com desenvolvimento de projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, que ainda não estão em fase operacional.
- (iii) Refere-se ao ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição da BR Vias Holding TBR, Controladora da concessionária Transbrasiliana.
- (iv) Refere-se ao ágio na aquisição de CTVias, realizada em 28 de dezembro de 2017, e a alocação final do preço de compra foi reconhecida em junho de 2018.
- (v) Refere-se à carteira de clientes identificada na avaliação da alocação do preço de compra da controlada CTVias.
- (vi) Perda por desvalorização de ativos (Impairment) reconhecido na Triunfo e na controladora Econorte.
- (vii) O intangível em construção (ativo de contrato) reflete os ativos que ainda não estavam em operação na data das informações contábeis intermediárias.
- (viii) Direito de Uso conforme adoção do CPC 06 (IFRS 16) – Operações de Arrendamento Mercantil.

## Notas Explicativas

Os ativos relacionados a concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

Os contratos de concessão da Companhia que estão no escopo do ICPC 01-Contratos de Concessão não preveem pagamentos pelos serviços de construção por parte do poder concedente, portanto, a totalidade dos ativos de concessão está registrada como ativo intangível representado pelo direito de exploração das rodovias, por meio de cobrança de pedágio dos usuários.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada as curvas de tráfego estimadas como base para a amortização. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir os crescimentos projetados de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados pela Administração.

### Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças econômicas ou operacionais, que possam indicar que os ativos intangíveis possam ter sofrido desvalorização.

Até 31 de dezembro de 2018, o resultado apurado no teste de *impairment* para a controlada Econorte foi inferior à soma dos saldos do ágio (reconhecido na Triunfo) e ativo intangível, identificando assim a necessidade do registro da provisão para perda por desvalorização de seus ativos no valor de R\$268.282, sendo R\$6.778 na Triunfo referente ao ágio sobre aquisição de investimento. Os resultados apurados nos testes de *impairment* para as demais controladas da Companhia foram superiores aos saldos contábeis, sendo assim, não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos reavaliados no exercício de 2018.

### Alteração de prática contábil – amortização da Nova Subida da Serra da Concer

A controlada Concer procedeu a revisão da amortização referente a parte dos custos da obra da Nova Subida da Serra (“NSS”) em relação aos gastos previstos no Plano de Exploração da Rodovia (“PER”), concluindo pela necessidade de alteração no método de amortização dos ativos relacionados a parcela dos investimentos relativos as obras de implantação e melhoria da NSS, em especial aquelas no “PER”.

Como os investimentos da parcela PER da NSS são reconhecidos na tarifa homologada pelo Poder Concedente não em função da sua entrada em uso, mas sim de acordo com o cronograma de execução previsto no PER, concluiu-se que esse último momento é o que garante à Concessionária o direito ao pagamento.

Pelo exposto acima, a Concer reclassificou o montante de R\$ 302.306 de ativo intangível em construção para ativo intangível, iniciando a amortização a partir de 01 de janeiro de 2019 até o final do período de concessão (fevereiro de 2021).



## Notas Explicativas

### 15. Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Tipo de empréstimos	Garantias	Indexador	Consolidado	
			30/06/2019	31/12/2018
<b>Triunfo (Controladora):</b>				
Fiança Bancária FINEP - FIBRA	Não há	8% a.a.	556	535
Fiança Bancária FINEP - ABC	Não há	CDI+2% a.a.	704	676
Cédula de crédito bancário - China Construction Bank	Não há	CDI + 7,4424% a.a.	37.848	35.417
Cédula de crédito bancário - Trophy FIP Multiestratégia (i)	Aval da THP (Triunfo Holding de Participações)	140% do CDI	25.983	24.896
Fiança Bancária FINEP - China Construction Bank	Não há	CDI+8% a.a.	2.886	2.777
Fiança Bancária FINEP - Santander (i)	Não há	CDI+1% a.a.	8.747	8.444
Cédula de crédito bancário - BTG Pactual	Alienação Fiduciária de Ações	CDI+3% a.a.	35.447	47.017
Cédula de crédito bancário - ABC (i)	Não há	CDI+5,8% a.a.	10.747	10.127
<b>Concer:</b>				
Financiamento de imobilizado - FINEP	Carta de fiança bancária	TJLP + 0,5% a.a.	1.074	1.102
Cédula de crédito bancário – Avalista	Não há	CDI + 0,5% a.a.	6.564	6.538
FINAME - Banco Guanabara	Alienação fiduciária dos bens financiados	1,50% a 8,50% a.a.	141	260
FINAME - Banco Mercedes	Alienação fiduciária dos bens financiados	6% a.a.	-	307
Cédula de crédito bancário - Banco Panamericano	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 0,5% a.a.	7.919	8.122
Crédito Bancário - Banco ABC	Não há	CDI + 0,5% a.a.	38.537	39.520
Cédula de crédito bancário - Banco Pine (i)	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 0,5% a.a.	29.297	28.352
Empréstimo Ponte - BNDES A	Fiança da Companhia (Triunfo) e fiança bancária	TJLP + 0,5% a.a.	200.922	204.782
Cédula de crédito bancário - Banco Credito Varejo (i)	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 0,5% a.a.	5.140	4.980
Cédula de crédito bancário - Banco Fibra (i)	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 0,5% a.a.	6.318	6.114
<b>Econorte:</b>				
Conta garantida - Santander	Não há	3,25% a.a + CDI	41.427	9.404
<b>Concebra:</b>				
Empréstimo Ponte - BNDES	Fiança da Companhia (Triunfo)	TJLP + 2% a.a.	1.049.243	952.524
Cédula de crédito bancário - BDMG	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 2,5% a.a.	6.114	13.338
Empréstimo Ponte - BDMG	Fiança da Companhia, penhor e recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	-	17.211
FINAME - BNDES	Alienação fiduciária dos bens financiados e Aval da Companhia (Triunfo)	7,5% a.a.	-	190
Empréstimo Ponte - Banco do Brasil	Fiança da Companhia, penhor e recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	-	28.733
<b>Transbrasiliana:</b>				
Finem - BNDES	Cessão dos Direitos Creditórios sobre o Contrato de concessão / Penhor das ações	TJLP + 2,91% a.a.	142.338	152.425
Cédula de crédito bancário - Banco ABC	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 3% a.a.	12.814	13.600
Arrendamento Mercantil - HP Financial	Alienação fiduciária dos bens financiados	26,67% a.a.	-	51
Arrendamento Mercantil - Banco Volkswagen S.A.	Alienação fiduciária dos bens financiados	26,1% a.a.	30	76
Cédula de crédito bancário - BTG Pactual	Ações Tijóá e Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 3% a.a.	11.873	14.595
Finame - Banco Volkswagen	Alienação fiduciária dos bens financiados e Notas promissórias	13,25% a.a.	101	141
Cédula de crédito bancário - Banco Volkswagen	Alienação fiduciária dos bens financiados	24,78% a.a.	83	21
Total de empréstimos e financiamentos			<b>1.682.853</b>	<b>1.632.275</b>
Parcela do circulante			1.260,467	1.160.516
Parcela do não circulante			422.386	471.759

- (i) Créditos contemplados no Leilão Reverso realizado em 20 de março de 2018. Os valores depositados em juízo foram levantados pelos credores em julho de 2018, com exceção dos fundos FLA Investors (Cédula de crédito bancário - Trophy FIP Multiestratégia) cuja retirada dos recursos está condicionada à apresentação de fiança bancária, pois são instituições financeiras sediadas fora do país. O saldo residual das dívidas contempladas no Leilão Reverso, equivalente ao deságio dado pelos credores na ocasião, permanecem compondo os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures e estão sendo atualizados considerando as taxas de juros e correção monetária previstas nos respectivos contratos bilaterais, uma vez que ainda não ocorreu a homologação do Plano de RE em 2ª instância. Em 30 de junho de 2019 esses créditos totalizam R\$ 86.232.

## Notas Explicativas

O vencimento da parcela dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante em 30 de junho de 2019 está assim distribuído:

Ano	Controladora	Consolidado
2020	-	65.781
2021	6.407	246.755
2022	10.166	35.573
A partir de 2023	25.420	74.277
	41.993	422.386

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores dos empréstimos, tais como: não realizar operações fora de seu objeto social; não aplicar os recursos do financiamento em fins diversos do pactuado em contrato; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76; relação entre dívida e EBITDA e de endividamento, entre outros.

Em 30 de junho de 2019, as cláusulas restritivas dos contratos de empréstimos e financiamentos da Triunfo e de suas controladas foram cumpridas, exceto em relação à dívida da Concebra com o BNDES, que encontra-se vencida. A controlada tomou conhecimento da existência de ações de execução movidas pelo credor, porém a exigibilidade da dívida já está sendo negociada judicialmente.

O elevado grau de endividamento no curto prazo deve-se principalmente aos financiamentos do BNDES, que seriam readequados com a liberação dos empréstimos na modalidade longo prazo da mesma instituição financeira. Cabe ressaltar os valores devidos pela Concebra ao BNDES já estão classificados integralmente no passivo circulante, e os valores devidos pela Concer estão abrangidos em seu Plano de RE (vide tópico abaixo).

A Administração da Companhia vem adotando medidas para melhorar sua estrutura de capital, negociando alternativas para o alongamento do perfil do seu endividamento na Controladora e em suas controladas. Em 2017, foram estruturados Planos de Recuperação Extrajudicial ("Planos de RE"), conforme explicados a seguir.

### Planos de Recuperação Extrajudicial:

O pedido de homologação dos Planos de Recuperação Extrajudicial da Companhia e outras subsidiárias e da Concer foi protocolado no dia 22 de julho de 2017 e foi deferido em 25 de julho de 2017, determinando a partir desta data a suspensão de todas as ações e execuções relacionadas a créditos abrangidos pelos Planos.

No dia 9 de fevereiro de 2018 foram homologados os Planos de RE, conforme sentença proferida pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 19 de fevereiro de 2018.

Os Planos de RE foram estruturados principalmente em virtude: (i) da execução, por parte de credores financeiros, das dívidas e suas garantias das controladas Concer e Concebra; (ii) dos riscos inerentes de bloqueios judiciais de ativos operacionais e financeiros essenciais à manutenção das atividades da Triunfo e da Concer; (iii) de restrições de liquidez, considerando a deterioração do cenário macroeconômico; (iv) da queda do desempenho operacional de algumas controladas da Triunfo; e (v) da necessidade de aportes não previstos na Concer e na Concebra.

Os Planos de RE abrangem unicamente os credores financeiros das empresas e não envolvem fornecedores e funcionários. Com esses planos, a Companhia e suas controladas buscam equalizar suas dívidas financeiras, a fim de manter sua atividade empresarial.

A homologação dos Planos de RE consiste no reconhecimento de que foram preenchidos os requisitos legais necessários e que as disposições dos Planos se tornam vinculantes a todos os Credores Abrangidos, independentemente de terem ou não aderido espontaneamente aos mesmos. Como consequência, os Créditos Abrangidos serão pagos nas condições reestruturadas previstas em cada um dos planos, conforme mencionado a seguir:

## Notas Explicativas

- Opção A de pagamento do Plano de RE da Triunfo e controladas: possui carência de 48 meses a partir da data do pedido de homologação e pagamento de principal e juros em 48 meses após a carência;
- Opção B de pagamento do Plano de RE da Triunfo e controladas: consiste na opção de antecipação do recebimento mediante aplicação de deságio da dívida por meio do Leilão Reverso; e
- Plano de RE da Concer: consiste no pagamento de juros mensais equivalentes ao indexador do contrato + spread de 0,5% a.a., sendo que a amortização do principal ocorrerá de 2019 a 2021.

Em relação à Opção B de pagamento, o Leilão Reverso foi realizado no dia 20 de março de 2018 e foram contemplados os credores que apresentaram maior deságio, até o limite de R\$112 milhões que estavam disponibilizados para esta opção. As dívidas a serem liquidadas nesta operação abrangem dívidas próprias e de controladas em que a Triunfo é avalista. Os valores das dívidas totalizam R\$250,4 milhões e o deságio médio obtido foi de 55,3%. O pagamento dos créditos contemplados foi suspenso por decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo ("TJSP") em 19 de março de 2018. Em 10 de maio de 2018 o TJSP liberou o pagamento aos credores, porém assentou a possibilidade de devolução dos valores caso o Plano de RE não seja homologado em 2ª instância.

Em decorrência desta decisão, em 17 de maio de 2018 a Companhia depositou em juízo os montantes para liquidação das dívidas contempladas. No dia 29 de maio de 2018 o TJSP proferiu nova decisão deferindo a expedição das guias de levantamento dos recursos depositados em juízo, porém manteve em aberto a possibilidade de devolução dos valores caso não ocorra a homologação em 2ª instância.

Abaixo está apresentado o resultado das propostas de deságios e valores depositados em juízo, segregados por empresa devedora:

Credor	Devedor originário	Deságio proposto	Saldo atualizado (i)	Deságio	Valor depositado em juízo
Santander	Triunfo	63,10%	12.463	7.864	4.599
FLA Investors	Triunfo	54,00%	23.097	12.472	10.625
BTG	Vessel	52,03%	44.326	23.063	21.263
ABC	Maestra	61,00%	14.544	8.872	5.672
Dívidas Triunfo + Maestra e Vessel (ii)			94.430	52.271	42.159
Pine	Concer	52,20%	54.864	28.639	26.225
Fibra	Concer	63,00%	9.855	6.209	3.646
BCV	Concer	37,00%	13.734	5.081	8.653
Dívidas Concer (iii)			78.453	39.929	38.524
Haitong	Aeroportos Brasil	68,00%	36.783	25.013	11.771
BTG	Aeroportos Brasil	52,02%	40.739	21.192	19.546
Dívidas Aeroportos Brasil (iii)			77.522	46.205	31.317
<b>Total</b>			<b>250.405</b>	<b>138.405</b>	<b>112.000</b>

(i) Saldo atualizado até a data de realização do Leilão Reverso.

(ii) A Maestra e a Vessel eram subsidiárias integral da Companhia com operação descontinuada, que também estavam abrangidas no Plano de RE. Elas foram extintas em agosto de 2017 e a Triunfo assumiu todos os passivos.

(iii) A Concer e a Aeroportos Brasil são subsidiárias da Companhia. As dívidas quitadas nesta opção de pagamento tinham aval da Companhia.

Os valores depositados em juízo foram levantados pelos credores em julho e em agosto de 2018, com exceção dos fundos FLA Investors cuja retirada dos recursos está condicionada à apresentação de fiança bancária, pois são instituições financeiras sediadas fora do país (vide nota explicativa nº 9).

Desta forma, no terceiro trimestre de 2018 foram registradas as amortizações dos créditos contemplados no Leilão Reverso, exceto para os créditos dos fundos FLA Investors, que permaneceram compondo o saldo de depósitos judiciais (vide nota explicativa nº 9). Para os créditos contemplados na qual a Companhia é avalista (Concer e da Aeroportos Brasil), a Triunfo se sub-rogou na posição dos credores, cobrando das investidas os valores depositados em juízo. Os créditos sub-rogados estão reconhecidos na rubrica de partes relacionadas (vide nota explicativa nº 10). O saldo

## Notas Explicativas

residual das dívidas contempladas no Leilão Reverso, equivalente ao deságio dado pelos credores na ocasião, permanecem demonstrados nas rubricas de empréstimos e financiamentos e debêntures (vide nota explicativa nº 15), uma vez que ainda não ocorreu a homologação do Plano de RE em 2ª instância.

### 16. Debêntures

Emissora	Emissão	Debêntures Emitidas	Vencimento	Valor Nominal	Custos de transação	Valor líquido	Taxa de juros de emissão	Taxa efetiva de juros a.a.	Consolidado	
									30/06/2019	31/12/2018
Econorte (i)	3ª Emissão	24.600	04/2020	246.000	(6.435)	239.565	CDI + 3,20%	CDI+3,95%	65.824	94.232
Vessel/Triunfo (ii)	1ª Emissão	145.000	09/2017	145.000	(3.188)	141.812	IPCA+7,60%	IPCA+8,19%	25.512	24.546
Concer (iii)	1ª Emissão	200	02/2021	200.000	(8.750)	191.250	CDI + 3,85%	CDI+4,82%	70.534	91.719
BR Vias Holding TBR (iv)	1ª Emissão	44.000	12/2021	44.000	-	44.000	IGPM+12%	IGPM + 12%	103.863	97.285
Vênus (v)	1ª Emissão	699.331	01/2021	647.300	(7.355)	639.945	13,5%a15,5%	23,64%	1.215	2.613
				<u>1.282.300</u>	<u>(25.728)</u>	<u>1.256.572</u>			<u>266.948</u>	<u>310.395</u>
								Circulante	237.557	225.865
								Não circulante	29.391	84.530

- (i) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória emitidas em 15 de abril de 2015. Foram contratados instrumentos financeiros derivativos (*Swap*), vinculados a esta emissão (vide nota explicativa nº 27, item c). Houve quebra de *covenants* relacionada ao rebaixamento do *rating* da Econorte, porém não ensejou em vencimento antecipado da dívida, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1, item i.
- (ii) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussórias, em 4 séries, emitidas em 21 de setembro de 2017. Após a extinção da Vessel, emissora original das debêntures, a Companhia assumiu a dívida junto aos debenturistas, que estão abrangidos no Plano de RE da Companhia. O saldo devedor das debêntures foi contemplado no Leilão Reverso, realizado em 20 de março de 2018, e o valor para liquidação foi depositado judicialmente em 17 de maio de 2018 (vide nota explicativa nº 15), o qual foi levantado pelos credores em 06 de julho de 2018. O valor residual equivalente ao deságio dado pelo credor na ocasião, permanece compondo o saldo de debêntures, uma vez que ainda não ocorreu a homologação do Plano de RE em 2ª instância.
- (iii) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, emitidas em 12 de julho de 2013. A Concer assinou, em 21 de julho de 2017, Acordo de Condição Resolutiva com os credores, que prevê amortização mensal do saldo devedor em 43 parcelas mensais e sucessivas, até fevereiro de 2021.
- (iv) Debêntures simples, não conversíveis em ações, com amortizações anuais desde dezembro de 2012, emitidas em 22 de dezembro de 2010. As parcelas de dezembro de 2017 e de dezembro de 2018 encontram-se vencidas. O aval da Triunfo referente às debêntures da BR Vias Holding TBR está abrangido no Plano de RE (vide nota explicativa nº 15).
- (v) Debêntures privadas conversíveis em ações, composta por duas séries, emitidas em 23 de novembro de 2016. A 1ª série previa remuneração de 13,5% a 15,5% a.a. somada à variação cambial, e possuía como garantia a alienação fiduciária de ações da Portonave. Desta forma, devido à alienação do ativo, a 1ª série das debêntures foi totalmente resgatada em 26 de outubro de 2017. A 2ª série consiste em prêmio a ser pago no vencimento, calculado sobre o valor das ações da Triunfo. Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 o saldo a pagar refere-se ao prêmio, mensurado a valor justo por meio da precificação das ações da Triunfo para a data de vencimento das debêntures (vide nota explicativa nº 27, item c).

Em 30 de junho de 2019, exceto pelo mencionado nos itens (i) e (iv) acima, as cláusulas restritivas das escrituras de debêntures da Companhia e de suas controladas estão sendo cumpridas.

A parcela registrada no passivo não circulante em 30 de junho de 2019, com vencimento até o ano 2021, está assim distribuída:

Ano	Consolidado
2020	29.060
2021	8.259
	<u>37.319</u>

## Notas Explicativas

### 17. Notas Promissórias

Emissora	Emissão	Vencimento	Valor Nominal	Taxa de juros	Consolidado	
					30/06/2019	31/12/2018
Concer	18/01/2016	02/2021	210.000	CDI + 2,00%	<b>90.352</b>	<b>117.485</b>
					<b>90.352</b>	<b>117.485</b>
				Circulante	<b>54.248</b>	<b>54.304</b>
				Não circulante	<b>36.104</b>	<b>63.181</b>

Os recursos foram utilizados para fazer frente aos investimentos da Nova Subida da Serra da BR 040. A controlada Concer assinou, em 21 de julho de 2017, Acordo de Condição Resolutiva com os credores, que prevê amortização mensal do saldo devedor em 43 parcelas mensais e sucessivas, até fevereiro de 2021.

### 18. Obrigações do Contrato de Concessão

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente. A provisão para manutenção é trazida a valor presente utilizando-se a taxa interna de retorno das respectivas concessões.

	Consolidado					30/06/2019
	31/12/2018	Constituição da provisão para manutenção	Efeito do valor presente sobre a constituição	Realização da manutenção	Ajuste a valor presente - realizações	
Econorte	51.145	5.692	1.925	(2.636)	(1.525)	<b>54.601</b>
Concebra	237.608	16.252	8.529	-	-	<b>262.389</b>
Concer	598	-	-	-	-	<b>598</b>
Transbrasiliana	2.837	474	396	-	-	<b>3.707</b>
Total	<b>292.188</b>	<b>22.418</b>	<b>10.850</b>	<b>(2.636)</b>	<b>(1.525)</b>	<b>321.295</b>
Circulante	30.586					<b>37.602</b>
Não circulante	261.602					<b>283.693</b>

### 19. Impostos, taxas e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	-	<b>311</b>	237
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	-	<b>292</b>	396
Imposto de Renda Retido na Fonte	<b>9</b>	30	<b>260</b>	315
COFINS	<b>55</b>	78	<b>6.230</b>	4.099
PIS	<b>8</b>	13	<b>1.454</b>	730
INSS	<b>1</b>	-	<b>528</b>	758
Imposto Sobre Serviços	<b>1</b>	13	<b>26.928</b>	26.011
Imposto sobre Operações Financeiras	<b>100</b>	129	<b>111</b>	129
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	<b>25</b>	84	<b>607</b>	580
Programa de Regularização Tributária – PRT	-	-	<b>2.475</b>	4.671
Programa Especial de Regularização Tributária - PERT	-	-	<b>10.929</b>	17.112
Outros parcelamentos	-	-	<b>37.220</b>	16.927
Outros débitos tributários	-	-	<b>997</b>	17.052
	<b>199</b>	347	<b>88.342</b>	89.017
Parcela do circulante	<b>199</b>	347	<b>65.507</b>	77.156
Parcela do não circulante	-	-	<b>22.835</b>	11.861

## Notas Explicativas

### 20. Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em causas cíveis, trabalhistas e tributárias, que se encontram em instâncias diversas.

As provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. As provisões são revisadas e ajustadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais externos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

As movimentações e os saldos das provisões estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				30/06/2019
	31/12/2018	Adições	Pagamentos	Reversões	
Processos cíveis	46.970	3.298	(68)	(698)	<b>49.502</b>
Processos tributários	3.348	4.267	-	-	<b>7.657</b>
Processos trabalhistas	9.867	999	(119)	(1.593)	<b>9.154</b>
	<b>60.185</b>	<b>8.564</b>	<b>(187)</b>	<b>(2.291)</b>	<b>66.271</b>

Os processos trabalhistas referem-se basicamente ao pagamento de diferenças salariais, verbas rescisórias, horas extras, equiparação salarial e adicional noturno e de periculosidade. As concessionárias de rodovias são também parte em processos de indenização de sinistros ocorridos nas rodovias administradas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são polo passivo em processos cujas chances de perda foram classificadas pelos nossos assessores jurídicos como possível nos montantes de R\$331.500 e R\$287.046 em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 respectivamente, para os quais não foram constituídas provisões.

### 21. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 30 de junho de 2019, o capital social subscrito e integralizado de R\$842.979 está representado por 176.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal.

Conforme o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social para até 200.000.000 de novas ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para emissão e o exercício do direito de preferência. Deste total de aumento autorizado, até 30 de junho de 2019 já foram emitidas 92.575.734 novas ações.

#### b) Ações em tesouraria

Em 25 de março de 2015 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o programa de recompra de ações de sua própria emissão, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas, em razão do desconto das ações da Companhia no Mercado. O programa inicial tinha prazo de 365 dias e foi aprovado novamente em 22 de março de 2016, estendendo seu prazo por mais 18 meses.

Em 18 de setembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a continuidade do programa de recompra de ações, que se encerrou em março de 2019. A quantidade de ações recompradas em 30 de junho de 2019 é de 2.493.400 ações, totalizando R\$10.894.

## Notas Explicativas

### c) Reserva de reavaliação

A reserva refere-se à mais valia sobre reavaliação de ativo imobilizado das controladas Concer e Econorte, após a aprovação dos laudos de avaliação pela Administração das controladas, em contrapartida à rubrica “Reserva de reavaliação”, no patrimônio líquido.

A realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos, ocorre proporcionalmente a realização dos bens que a geraram, contra a conta de lucros e prejuízos acumulados. A parcela realizada da reserva de reavaliação, líquida dos impostos, lançada à rubrica “Lucros acumulados” integra a base de cálculo para as participações e para a distribuição de dividendos.

No exercício de 2018, com a apuração de perda por desvalorização de investimentos na controlada Econorte (vide nota explicativa nº 14), a reserva de reavaliação reflexa relacionada a este ativo no montante de R\$23.047 foi integralmente revertida.

### d) Lucro (Prejuízo) por ação

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	<b>(152.896)</b>	(14.803)
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico	<b>173.506.600</b>	173.506.600
Resultado por ação – básico	<b>(0,88081)</b>	(0,08532)
Resultado por ação – diluído	<b>(0,88081)</b>	(0,08532)
Resultado por ação - básico e diluído das operações continuadas	<b>(0,96535)</b>	(0,10419)
Resultado por ação - básico e diluído das operações descontinuadas	<b>0,08454</b>	0,01887

### e) Lucro (Prejuízo) base de dividendos

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Lucro (Prejuízo) líquido	<b>(152.826)</b>	(14.803)
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	<b>10.438</b>	20.704
(+) Reversão do Plano de opção de compra de ações	-	7.272
Lucro (Prejuízo) Base de Dividendos antes da constituição da reserva legal	<b>(142.388)</b>	13.173
(-) Reserva Legal (5% do lucro líquido)	-	-
Base de cálculo de dividendos	<b>(142.388)</b>	13.173

### f) Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. O saldo de reserva legal foi integralmente absorvido pelo prejuízo do exercício de 2018.

### g) Participação de acionistas não controladores

O saldo de participação de acionistas não controladores apresentado no Patrimônio Líquido consolidado refere-se à parcela dos demais acionistas das investidas Concer e Rio Bonito, que são consolidadas integralmente pela Companhia.

## Notas Explicativas

### 22. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018
Arrecadação de pedágio nas concessionárias de rodovias	437.099	590.796
Construção de ativos das concessões de rodovia	37.751	76.822
Outros	5.202	6.404
	<b>480.052</b>	674.022
(-) Deduções da receita (Impostos sobre vendas, descontos e abatimentos)	<b>(38.323)</b>	(51.336)
	<b>441.729</b>	622.686

A redução da receita líquida no primeiro semestre de 2019 ocorreu, principalmente, por conta do encerramento da operação da Concepa em 03 de julho de 2018, e pelo efeito da ação popular pública movida na Justiça Federal de Jacarezinho que contesta a cobrança de pedágio da praça de Jacarezinho/PR, na controlada Econorte, que resultou em uma redução na arrecadação de pedágio de aproximadamente 43%.

#### a) Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

#### b) Reconhecimento de receita e margem de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra.

A Companhia também avaliou que não está prevista no contrato original de concessão qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção nas concessões rodoviárias.

A controlada Concebra, com base em estudos realizados e levantamentos internos, identificou custos que só existem em função das obras de duplicação e recuperação das rodovias e que geram redução no resultado da empresa. Com base neste cenário, a Concebra contabilizou, a partir de 1º de janeiro de 2014, margem de construção de 2,6% sobre o custo de construção, calculada em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir a responsabilidade primária da Concessionária e custos de gerenciamento e acompanhamento das obras.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

#### c) Receitas acessórias nas concessionárias de rodovias

Receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros.



## Notas Explicativas

### 23. Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 30 de abril de 2019 foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia no montante de até R\$8.596. O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	2.649	2.730	6.707	8.172
Encargos sociais	782	1.226	1.493	1.989
Benefícios diretos e indiretos	41	55	769	1.783
Participações nos resultados	-	3.398	686	4.235
	<b>3.472</b>	<b>7.409</b>	<b>9.655</b>	<b>16.179</b>

### 24. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
<b>Receita financeira</b>				
Rendimento de aplicação financeira	27	344	2.449	7.368
Valor justo debêntures	-	-	1.397	15.788
Instrumentos derivativos	-	-	-	675
Juros recebidos	-	-	29	45
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	4.014	8.494	1.586	361
Outros juros e descontos obtidos	4.459	6.873	3.040	1.046
	<b>8.500</b>	<b>15.711</b>	<b>8.501</b>	<b>25.283</b>
<b>Despesa financeira</b>				
Juros e remunerações sobre debêntures	-	-	(18.210)	(18.008)
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	(9.349)	(10.114)	(122.825)	(124.661)
Instrumentos derivativos	-	-	(5.426)	1.045
Valor justo debentures (fair value options)	-	-	(3.272)	(5.517)
Impostos sobre operações financeiras	(50)	(916)	(7.591)	(10.996)
Outros juros, multas e atualizações	(239)	(1.908)	(16.001)	(12.783)
	<b>(9.638)</b>	<b>(12.938)</b>	<b>(173.325)</b>	<b>(170.920)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(1.138)</b>	<b>2.773</b>	<b>(164.824)</b>	<b>(145.637)</b>

### 25. Seguros (Consolidado)

A Triunfo e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

	Responsabilidade Civil	Riscos Operacionais	Riscos de Engenharia	Garantia	Outros	Total LMI (i)
Econorte	12.500	88.900	-	90.869	-	192.269
Concer	20.000	109.701	25.000	-	-	154.701
Concebra	10.000	65.000	10.000	-	2.792	87.792
Transbrasiliana	10.000	47.735	40.795	-	-	98.530
Triunfo	-	-	-	-	47.000	47.000
	<b>52.500</b>	<b>311.336</b>	<b>75.795</b>	<b>90.869</b>	<b>49.792</b>	<b>580.292</b>

- (i) O Limite Máximo de Indenização corresponde a 100% do valor das apólices. Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia.

## Notas Explicativas

### 26. Plano de previdência privada

Em 06 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.

As contribuições da Companhia no período findo em 30 de junho de 2019 totalizam R\$1.602 (R\$6.473 no consolidado) e as contribuições dos profissionais totalizam R\$2.338 (R\$7.871 no consolidado). As contribuições da Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2018 totalizam R\$1.884 (R\$6.681 no consolidado) e as contribuições dos profissionais totalizam R\$2.600 (R\$7.973 no consolidado).

O total de participantes ativos no plano na modalidade contribuição definida em 30 de junho de 2019 é de 718 participantes (732 participantes em 31 de dezembro de 2018).

### 27. Instrumentos financeiros

#### a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas informações contábeis intermediárias:

	Consolidado			
	Valor Contábil		Valor Justo	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
<b>Ativos Financeiros</b>				
Aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa nº 5)	8.489	26.119	8.489	26.119
<b>Total</b>	<b>8.489</b>	<b>26.119</b>	<b>8.489</b>	<b>26.119</b>
<b>Passivos Financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15)	1.682.853	1.632.275	1.682.853	1.632.275
Debêntures (nota explicativa nº 16)	274.876	310.395	274.876	310.395
Notas promissórias (nota explicativa nº 17)	82.424	117.485	82.424	117.485
Dividendos	2.931	1.543	2.931	1.543
Instrumentos Financeiros Derivativos (nota explicativa nº 27, item c)	-	24.050	-	24.050
<b>Total</b>	<b>2.043.084</b>	<b>2.085.748</b>	<b>2.043.084</b>	<b>2.085.748</b>

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- A debênture da Vênus foi reconhecida como um passivo a valor justo por meio de resultado, utilizando técnicas de avaliação e premissas que são praticadas no mercado.
- Os demais empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram o seu valor contábil igual ao valor justo apurado.

## Notas Explicativas

### b) Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	30 de junho de 2019		
	Ativos/passivos cotados em mercados ativos (Nível 1)	Inputs significativamente e observáveis (Nível 2)	Inputs significativamente inobserváveis (Nível 3)
<b>Ativos/ Passivos mensuráveis a valor justo</b>			
Debêntures (Vênus)	-	-	1.215
<b>Ativos/Passivos com divulgação do valor justo</b>			
Debêntures (Vênus)	-	-	1.215

### c) Instrumentos financeiros derivativos

- Econorte:

A Companhia mantinha um contrato de *swap* de juros junto ao Banco Santander com o objetivo de proteger parte da remuneração de juros de CDI + 1,90 a.a. referente à debenture emitida em abril de 2015. O contrato de *swap* previa que a Companhia transferisse o risco de CDI + 1,90 a.a. para o banco em troca de IPCA + 9,10 a.a..

O valor nominal contratado foi de R\$246.000 com vencimento semestral, sendo o primeiro em 15 de outubro de 2015 e o último em 15 de abril de 2020. Os vencimentos do *swap* correspondiam aos pagamentos de juros da debênture.

No dia 13 de junho de 2019, foi emitida uma cédula de crédito bancário de capital de giro, com vigência até 11 de setembro de 2019, no valor de R\$ 32.995, quitando a operação de *swap* junto ao banco Santander.

O instrumento financeiro derivativo estava sendo mensurado a valor justo a partir de *inputs* significativamente observáveis, se enquadrando no nível 2 de hierarquia de valor justo. A Companhia mantinha controles sobre os efeitos dos passivos financeiros e dos derivativos.

#### Instrumentos Derivativos

	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
Perda instrumentos derivativos	-	(24.925)
Marcação a mercado derivativos	-	875
Total instrumentos financeiros derivativos	-	(24.050)
Passivo Circulante	-	(16.813)
Passivo Não circulante	-	(7.237)
	-	(24.050)

- Vênus:

Em novembro de 2016, a controlada Vênus emitiu Debêntures privadas conversíveis em ações, conforme descrito na nota explicativa nº 16. O vencimento das debêntures ocorrerá em janeiro de 2021, porém a 1ª série da emissão foi liquidada antecipadamente em 2017.

## Notas Explicativas

A 2ª série consiste no pagamento de um prêmio ao debenturista do valor resultante da diferença (se positiva) entre (i) a média ponderada por volume financeiro de negociação das ações da Triunfo na B3 durante os 60 pregões que antecederem a data de vencimento e (ii) o valor de R\$4,46, multiplicado por 15.000.000.

O saldo do prêmio está registrado a *Fair Value Option*, representando o cálculo do valor a ser pago de acordo com a precificação das ações da Triunfo projetada para a data de vencimento das debêntures. Em 30 de junho de 2019, o valor justo do prêmio corresponde a R\$1.215 (R\$2.613 em 31 de dezembro de 2018).

### d) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de junho de 2019, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 6,50% para o ano de 2019 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações negativas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2019, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

- *Triunfo (Controladora e consolidado)*

Operação	Risco	Cenário		
		Provável	Cenário II	Cenário III
Triunfo (Controladora)	CDI	19	14	9
Econorte	CDI	1	1	-
Concer	CDI	368	276	184
Transbrasiliana	CDI	668	501	334
Concebra	CDI	705	529	352
Rio Claro	CDI	2.580	1.935	1.290
<b>R\$ 66.779 (*)</b>		<b>4.341</b>	<b>3.256</b>	<b>2.169</b>
Taxa/índice sujeitos às variações (**)	CDI	6,50%	4,88%	3,25%

(\*) Saldos em 30 de junho de 2019 aplicados em CDB e Fundos DI

(\*\*) Fonte BACEN

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 30 de junho de 2019, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, CDI e IPCA projetados para o ano de 2019, foram definidos os cenários prováveis para o período e a partir destes calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2019. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 30 de junho de 2019 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

## Notas Explicativas

- *Triunfo (Controladora e Consolidado)*

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Fiança Bancária FINEP - ABC	CDI	46	57	69
Cédula de crédito bancário - China Construction Bank	CDI	2.460	3.075	3.690
Cédula de crédito bancário - Trophy FIP	CDI	1.689	2.111	2.533
Multiestratégia				
Fiança Bancária FINEP - China Construction Bank	CDI	188	234	281
Fiança Bancária FINEP - Santander	CDI	569	711	853
Cédula de crédito bancário - BTG Pactual	CDI	2.304	2.880	3.456
Cédula de crédito bancário - ABC	CDI	699	873	1.048
Financiamento de imobilizado - FINEP	TJLP	64	80	96
Cédula de crédito bancário - Avalista	CDI	427	533	640
Cédula de crédito bancário - Banco Panamericano	CDI	515	643	772
Crédito Bancário - Banco ABC	CDI	2.505	3.131	3.757
Cédula de crédito bancário - Banco Pine	CDI	1.904	2.380	2.856
Empréstimo Ponte - BNDES A e B	TJLP	11.955	14.944	17.932
Cédula de crédito bancário - Banco Credito Varejo	CDI	334	418	501
Cédula de crédito bancário - Banco Fibra	CDI	411	513	616
Conta garantida - Santander	CDI	2.693	3.366	4.039
Empréstimo Ponte - BNDES	TJLP	62.430	78.037	93.645
Cédula de crédito bancário - BDMG	CDI	397	497	596
Finem - BNDES	TJLP	8.469	10.586	12.704
Cédula de crédito bancário - Banco ABC	CDI	833	1.041	1.249
Cédula de crédito bancário - BTG Pactual	CDI	772	965	1.158
<b>R\$ 1.681.942 (*)</b>		<b>101.664</b>	<b>127.075</b>	<b>152.491</b>
Debêntures - Econorte	CDI	4.279	5.348	6.418
Debêntures - Concer	CDI	5.100	6.375	7.650
Debêntures – Triunfo (Vessel)	IPCA	969	1.212	1.454
Debêntures – BR Vias Holding TBR	IGP-M	5.442	6.803	8.164
<b>R\$ 273.661(*)</b>		<b>15.790</b>	<b>19.738</b>	<b>23.686</b>
Notas Promissórias – Concer (i)	CDI	5.358	6.697	8.036
<b>R\$ 82.424 (*)</b>		<b>5.358</b>	<b>6.697</b>	<b>8.036</b>
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	CDI	6,50%	8,13%	9,75%
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	IGP-M	5,24%	6,55%	7,86%
Taxa/Índice sujeitos às variações (***)	TJLP	5,95%	7,44%	8,93%
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	IPCA	3,80%	4,75%	5,7%

(\*) Saldos em 30 de junho de 2019

(\*\*) Fonte: BACEN

(\*\*\*) Fonte: Relatório Santander

Para verificar a sensibilidade do prêmio da debênture da controlada Vênus, foi definido o cenário provável para o ano de 2019, e a partir deste foram calculadas variações positivas e negativas de 25% e 50%.

- *Vênus (Consolidado)*

Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Risco da ação da Triunfo (i)	-	- 50% (1.138)	- 25% (793)	25% 1.324	50% 3.194

(i) Utilizado como cenário provável o preço da ação da Triunfo em 30 de junho de 2019.

## Notas Explicativas

### e) Análise de riscos

Os principais riscos de mercado e regulatórios a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

- Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

- Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Aproximadamente 50,0% das receitas das concessionárias de rodovias é recebida à vista, o que mantém o índice de inadimplência abaixo de 1%.

- Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

- Risco de preço e valor de mercado

A estrutura tarifária é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

- Risco regulatório

Desconsidera-se quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração das rodovias. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, a probabilidade é avaliada como remota.

A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.

Considera-se que a Companhia e suas controladas tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

## Notas Explicativas

- Gestão de capital

A Triunfo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. A Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa 15)	<b>122.918</b>	129.889	<b>1.682.853</b>	1.632.275
Debêntures (nota explicativa 16)	<b>25.512</b>	24.546	<b>274.876</b>	310.395
Notas promissórias (nota explicativa 17)	-	-	<b>82.424</b>	117.485
Instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa 27, item c)	-	-	-	24.050
(-) Caixa e equivalente de caixa (nota explicativa 3)	<b>(305)</b>	(45)	<b>(68.184)</b>	(119.563)
(-) Caixa restrito (nota explicativa 4)	-	-	<b>(2.021)</b>	(1.864)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 5)	-	-	<b>(8.489)</b>	(26.119)
Dívida líquida	<b>148.125</b>	154.390	<b>1.961.459</b>	1.936.659
Patrimônio líquido	<b>752.438</b>	884.119	<b>804.301</b>	968.065
Total do capital	<b>900.563</b>	1.038.509	<b>2.765.760</b>	2.904.724
Índice de alavancagem financeira - %	<b>16,45</b>	14,87	<b>70,92</b>	66,67

## 28. Informações por segmento

Nos segmentos operacionais consolidados da Companhia estão os seguintes negócios:

- Segmento Rodoviário: Econorte, Rio Tibagi, Concer, Rio Bonito, Concepa, Rio Guaíba, Dable, BR Vias Holding TBR, Transbrasiliana, Concebra, Convale, e CTVias;
- Projetos Portuário: TPI-Log, TPB e TPL;
- Segmento de Energia: Juno;
- *Holding*: a Companhia;
- Outros: Rio Claro, Tucano, Retirinho, Guariroba, Estrela, Taboca, Netuno, Mercúrio, Minerva, ATTT, e Vênus.

As controladas em conjunto Tijoá e CSE, que atuam no segmento de energia, são subsidiárias diretas da Juno e não são consolidadas pela Triunfo e tais ativos encontram-se destinados à venda (vide nota explicativa nº 11). A controlada em conjunto Aeroportos Brasil, que atua no segmento aeroportuário, não é consolidada e seu investimento foi baixado pela Companhia no exercício de 2017 (vide nota explicativa nº 1, item v).

A Companhia possui atuação no Brasil, e sua carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

## Notas Explicativas

Abaixo estão apresentadas as informações por segmento:

	30/06/2019						Consolidado
	Rodovia	Porto	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	
<b>Operações em continuidade</b>							
Receita operacional líquida	441.729	-	-	-	-	-	441.729
Custos dos serviços prestados	(405.051)	-	-	-	-	-	(405.051)
Lucro bruto	36.678	-	-	-	-	-	36.678
Receitas (Despesas) operacionais	(68.918)	(44)	(12)	(2.928)	(166.357)	156.170	(82.089)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(32.240)	(44)	(12)	(2.928)	(166.357)	156.170	(45.411)
Resultado financeiro	(166.295)	-	-	2.609	(1.138)	-	(164.824)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(198.535)	(44)	(12)	(319)	(167.495)	156.170	(210.235)
Imposto de renda e contribuição social	30.738	-	-	-	-	-	30.738
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	(167.797)	(44)	(12)	(319)	(167.495)	156.170	(179.497)
<b>Operações descontinuadas</b>							
Resultado de operações descontinuadas	-	-	14.669	-	14.669	(14.669)	14.669
Lucro (prejuízo) líquido após o resultado de operações continuadas	(167.797)	(44)	14.657	(319)	(152.826)	141.501	(164.828)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	12.002	12.002
Lucro (prejuízo) líquido do período	(167.797)	(44)	14.657	(319)	(152.826)	153.503	(152.826)
Ativos totais por segmento	3.461.431	138.593	32.111	86.272	1.076.808	(1.053.097)	3.742.118
Passivos totais por segmento	2.893.427	34.086	-	58.469	324.370	(372.535)	2.937.817
<b>30/06/2018</b>							
	Rodovia	Porto	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
<b>Operações em continuidade</b>							
Receita operacional líquida	622.686	-	-	-	-	-	622.686
Custos dos serviços prestados	(406.417)	-	-	-	-	-	(406.417)
Lucro bruto	216.269	-	-	-	-	-	216.269
Receitas (Despesas) operacionais	(98.720)	(56)	(17)	(528)	(20.850)	3.126	(117.045)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	117.549	(56)	(17)	(528)	(20.850)	3.126	99.224
Resultado financeiro	(158.612)	-	-	10.202	2.773	-	(145.637)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(41.063)	(56)	(17)	9.674	(18.077)	3.126	(46.413)
Imposto de renda e contribuição social	16.015	-	-	-	-	-	16.015
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	(25.048)	(56)	(17)	9.674	(18.077)	3.126	(30.398)
<b>Operações descontinuadas</b>							
Resultado de operações descontinuadas	-	-	3.274	-	3.274	(3.274)	3.274
Lucro (prejuízo) líquido após o resultado de operações continuadas	(25.048)	(56)	3.257	9.674	(14.803)	(148)	(27.124)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	12.321	12.321
Lucro (prejuízo) líquido do período	(25.048)	(56)	3.257	9.674	(14.803)	(12.173)	(14.803)
Ativos totais por segmento (31/12/2018)	<b>3.890.071</b>	<b>131.208</b>	<b>22.833</b>	<b>241.792</b>	<b>1.734.295</b>	<b>(1.605.253)</b>	<b>4.414.946</b>
Passivos totais por segmento(31/12/2018)	<b>3.098.455</b>	<b>-</b>	<b>15.040</b>	<b>211.751</b>	<b>509.992</b>	<b>(757.744)</b>	<b>3.077.494</b>

(\*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas



## Notas Explicativas

### 29. Compromissos das concessões

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Por se tratar de serviços de construção/melhorias que representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, estes possuem caráter de execução, e o reconhecimento das obrigações (de construir) e do direito (de explorar) é feito à medida que os serviços de construção são prestados.

Os compromissos relacionados à concessões das controladas, que representam potencial de geração de receita adicional, são:

#### a) Concer

A Concer assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão. O Programa de Exploração da Rodovia (PER) prevê investimentos anuais remanescentes, conforme demonstrativo abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2019	21.088
2020 a 2021	24.492
	<u>45.580</u>

Os valores apresentados encontram-se a preço original de abril de 1995 e são atualizados com o índice de reajuste da tarifa, estando em vigor o índice de 4,71016 aprovado em 2016.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão e aditivos como segue:

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Receita de construção	<b>3.264</b>	5.556
Custo de construção	<b>(3.264)</b>	(5.556)
	<u>-</u>	<u>-</u>

#### b) Econorte

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem (DER/PR), sendo seu término previsto para o ano de 2021.

Conforme 6º Termo Aditivo ao contrato de concessão, o Programa de Exploração da Rodovia - PER passou a prever investimentos no montante de R\$238.262 com o seguinte cronograma de desembolsos:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2019	56.207
2020	84.852
2021	97.203
	<u>238.262</u>

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Receita de construção	<b>19.320</b>	1.877
Custo de construção	<b>(19.320)</b>	(1.877)
	<u>-</u>	<u>-</u>

## Notas Explicativas

### c) Concebra

A Concebra assumiu as rodovias com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão. Com a anuência da ANTT, a Companhia também assumiu novos compromissos de investimentos como desvio de tráfego dentro do perímetro da cidade de Goiânia - GO (contorno de Goiânia), acesso ao aeroporto de Goiânia, dentre outros investimentos demonstrados abaixo em valores nominais:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2019	1.006.546
2020	406.434
2021 até 2044	5.416.198
	<b>6.829.178</b>

Os valores mencionados acima, estão de acordo com o PER original, no entanto a controlada apresentou proposta de revisão quinquenal do contrato de concessão, para adequar as obrigações contratuais à atual realidade.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Receita de construção	<b>3.759</b>	48.790
Custo de construção	<b>(3.664)</b>	(47.553)
	<b>95</b>	1.237

### d) Transbrasiliana

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. Os investimentos anuais remanescentes previstos no PER estão demonstrados abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2019	6.006
2020	40.314
2021	10.892
2022	27.878
2023	14.849
2024 até 2033	167.990
	<b>267.929</b>

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Receita de construção	<b>11.408</b>	20.599
Custo de construção	<b>(11.408)</b>	(20.599)
	<b>-</b>	-

Ressalta-se que, além dos compromissos descritos acima, as controladas Concer, Concepa, Econorte, Concebra e Transbrasiliana não assumiram qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação das rodovias sob sua concessão.

## Notas Explicativas

### 30. Eventos subsequentes

#### i) Decisão Judicial – Econorte

Em 03 de julho de 2019, a Triunfo, a Econorte e a Rio Tibagi tomaram conhecimento, por meio notícia divulgada na mídia, da decisão liminar da 1ª Vara Federal de Jacarezinho, nos autos da ACP de Improbidade Administrativa proposta pelo Estado do Paraná e Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná que, dentre outras determinações, estabeleceu a redução das tarifas de pedágio em 25,77% nas três praças, a manutenção dos serviços e dos investimentos, a continuidade das obras em Santo Antonio da Platina, bem como a vedação na distribuição de lucros e dividendos pela Companhia, Econorte e Rio Tibagi.

No dia 05 de julho de 2019, a Econorte foi intimada judicialmente quanto à decisão liminar. Em cumprimento à referida decisão, a redução de 25,77% nas tarifas de pedágio das três praças da Econorte foi aplicada desde o dia 6 de julho de 2019.

Em 1º de agosto de 2019 foi revogada pela 1ª Vara Federal de Curitiba decisão liminar de 03 de julho de 2019, e julgada extinta a ACP de Improbidade administrativa proposta pelo Estado do Paraná e Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná. A decisão reverte: (i) a redução das tarifas de pedágio em 25,77% nas três praças; a vedação na distribuição de lucros e dividendos pela Companhia, Econorte e Rio Tibagi. Em cumprimento à referida decisão, as tarifas de pedágio das praças da Econorte foram reestabelecidas em 2 de agosto de 2019.

#### ii) Reajuste da tarifa de pedágio – Econorte

Em 26 de julho de 2019, foi homologado o reajuste anual da tarifa básica de pedágio equivalente a 7,8% nas praças de Jataizinho e Sertaneja da Econorte, que representa a variação da inflação do período de 12 meses encerrado em novembro de 2018.

#### iii) Alienação Tijoá e CSE

Em 01 de agosto de 2019 foi celebrado contrato de compra e venda de ações junto a uma afiliada do *BlackRock Global Energy & Power Infrastructure Funds*, tendo por objetivo alienar 100% da participação da Companhia, direta e indireta, nas companhias Juno Participações e Investimentos S.A., Tijoá Participações e Investimentos S.A. e CSE – Centro de Soluções Estratégicas S.A. O valor da transação é de R\$169,5 milhões, que estará sujeito aos ajustes usuais neste tipo de operação, além de potencial *earn-out*, com valor a ser determinado de acordo com o atingimento de eventos. A Companhia ressalta que a operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições, incluindo órgãos reguladores, conforme aplicável.

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes****1. ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE**

<b>POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA.</b>						
<b>Companhia:</b>					<b>Posição em 30 de junho de 2019 (Em Mil Ações)</b>	
<b>TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.</b>						
<b>Acionista</b>	<b>Ações Ordinárias</b>		<b>Ações Preferenciais</b>		<b>Total</b>	
	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
THP - Triunfo Holding de Participações Ltda.	97.750	55,54	-	-	97.750	55,54
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	8.966	5,09	-	-	8.966	5,09
Explorador Capital Management (i)	21.176	12,03	-	-	21.176	12,03
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	88	0,05	-	-	88	0,05
Miguel Ferreira Aguiar	892	0,51	-	-	892	0,51
Wilson Piovezan	88	0,05	-	-	88	0,05
Carlo Alberto Bottarelli	600	0,34	-	-	600	0,34
Dorival Pagani Junior	27	0,02	-	-	27	0,02
Ações em tesouraria	2.493	1,42	-	-	2.493	1,42
Outros	43.920	24,95	-	-	43.920	24,95
<b>Total</b>	<b>176.000</b>	<b>100,00</b>	-	-	<b>176.000</b>	<b>100,00</b>

(i) Companhia domiciliada no exterior.

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

<b>DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DO ACIONISTA CONTROLADOR DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA</b>						
<b>Denominação:</b>						<b>Posição em 30 de junho de 2019 (Em Mil Ações ou Cotas)</b>
<b>THP - TRIUNFO HOLDING DE PARTICIPAÇÕES LTDA.</b>						
<b>Acionista / Cotista</b>	<b>Ações Ords. / Cotas</b>		<b>Ações Prefs. / Cotas</b>		<b>Total</b>	
	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
João Villar Garcia	30.456	22,5	-	-	30.456	22,5
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	30.456	22,5	-	-	30.456	22,5
Miguel Ferreira Aguiar	30.456	22,5	-	-	30.456	22,5
Wilson Piovezan	30.456	22,5	-	-	30.456	22,5
Klavier Investimentos S.A.	13.535	10,0	-	-	13.535	10,0
<b>Total</b>	<b>135.359</b>	<b>100,0</b>	-	-	<b>135.359</b>	<b>100,0</b>

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes****2. POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO**

<b>POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>						
<b>Posição em 30 de junho de 2019</b>						
<b>Acionista</b>	<b>Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade Total de Ações (Em Unidades)</b>	<b>%</b>
<b>Controlador</b>	97.750.000	55,54	-	-	97.750.000	55,54
<b>Explorador Capital Management</b>	21.175.950	12,03	-	-	21.175.950	12,03
<b>Controladores e Administradores</b>						
<b>Controladores</b>						
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	87.920	0,05	-	-	87.920	0,05
Miguel Ferreira Aguiar	891.928	0,51	-	-	891.928	0,51
Wilson Piovezan	87.790	0,05	-	-	87.790	0,05
<b>Administradores</b>						
Diretoria	627.438	0,36	-	-	627.438	0,36
<b>Conselho de Administração (exceto controladores)</b>	121	0,00			121	0,00
<b>Conselho Fiscal</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Ações em Tesouraria</b>	2.493.400	1,42	-	-	2.493.400	1,42
<b>Ações em circulação</b>	52.885.453	30,05	-	-	52.885.453	30,05
<b>Total</b>	<b>176.000.000</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>176.000.000</b>	<b>100,00</b>

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

<b>POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>						
<b>Posição em 30 de junho de 2019</b>						
<b>Acionista</b>	<b>Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade Total de Ações (Em Unidades)</b>	<b>%</b>
<b>Controlador</b>	97.750.000	55,54	-	-	97.750.000	55,54
<b>Explorador Capital Management</b>	21.175.950	12,03	-	-	21.175.950	12,03
<b>Controladores e Administradores</b>						
<b>Controladores</b>						
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	87.920	0,05	-	-	87.920	0,05
Miguel Ferreira Aguiar	891.928	0,51	-	-	891.928	0,51
Wilson Piovezan	87.790	0,05	-	-	87.790	0,05
<b>Administradores</b>						
Conselho de Administração	121	0,00	-	-	121	0,00
Diretoria	627.438	0,36	-	-	627.438	0,36
<b>Conselho Fiscal</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Ações em Tesouraria</b>	2.493.400	1,42	-	-	2.493.400	1,42
<b>Ações em circulação</b>	52.885.453	30,05	-	-	52.885.453	30,05
<b>Total</b>	<b>176.000.000</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>176.000.000</b>	<b>100,00</b>

**3. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA**

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado, perante Câmara de Arbitragem do Mercado, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem.

\* \* \*

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

### RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.

São Paulo - SP

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a Deliberação CVM 673/11 (que aprovou o pronunciamento CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária) e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a Deliberação CVM 673/11 (que aprovou o pronunciamento técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Base para conclusão com ressalva

Investigações e outros procedimentos legais conduzidos por autoridades públicas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, o Conselho de Administração da Companhia instaurou Comitê Independente para coordenar investigação interna com o propósito de apurar os eventos reportados nos mandados de busca e apreensão, cumpridos pela Polícia Federal, na sede da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. e de suas controladas Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte (“Econorte”) e Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio Rodoviário Ltda. (“Rio Tibagi”), em 22 de fevereiro e 26 de setembro de 2018.

Os mandados de busca e apreensão foram cumpridos com base nos despachos dos Juízes da 13ª e 23ª Vara Federal de Curitiba no âmbito da Operação Integração, que investiga a denúncia de atos criminosos envolvendo empresários e agentes públicos, alimentado pelo suposto superfaturamento na cobrança dos pedágios nas concessionárias de rodovias públicas no Estado do Paraná. O despacho da 23ª Vara Federal de Curitiba apresenta acordos de colaborações premiadas nos quais foram relatados atos ilícitos praticados na execução do contrato de concessão por executivos e ex-executivos da Companhia e de suas controladas Econorte e Rio Tibagi. Segundo o Ministério Público Federal (MPF) existem provas da materialidade e indícios de autoria da prática de crimes de corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, fraude licitatória, peculato e associação criminosa.

O Comitê Independente em conjunto com os escritórios contratados para conduzirem as investigações internas concluíram seus trabalhos em 29 de abril de 2019 e comunicaram ao Conselho de Administração os resultados factuais provenientes dos procedimentos investigativos, limitações de trabalho e por fim as recomendações para aprimoramento do programa de Compliance Anticorrupção da Companhia e suas controladas. Contudo, ainda encontram-se em andamento as investigações conduzidas pelas autoridades públicas envolvendo executivos e ex-executivos da Companhia e das controladas Econorte e Rio Tibagi.

Conseqüentemente, em virtude das investigações e demais procedimentos conduzidos pelas autoridades públicas ainda estarem em curso, não foi possível, até este momento, concluir se algum ajuste seria necessário nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do período findo em 30 de junho de 2019.

#### Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos, se houver, não conhecidos do assunto mencionado na seção intitulada “Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Deliberação CVM 673/11 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



## Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos, se houver, não conhecidos do assunto mencionado na seção intitulada “Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Deliberação CVM 673/11 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

## Ênfases

### Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

A Companhia e suas controladas, Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. – Econorte, Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A., Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. e Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A., apresentam exposição negativa de capital circulante líquido e/ou vêm descumprindo suas obrigações financeiras e no caso das concessionárias, os investimentos previstos em seus respectivos contratos de Concessão. Conforme detalhado nas Notas Explicativas nº 1.3 e 11 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Administração da Companhia vem desenvolvendo ações no sentido de mantê-las no curso normal de suas operações, realizando aportes de capital, alienação de ativos e implementando planos para recuperação extrajudicial, os quais tem sido objeto de contestação e não se encontram homologados em todas as instâncias requeridas, conforme divulgado na Nota Explicativa Nº 15. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

### Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional da controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, os acionistas da controlada indireta em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A., em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2017, autorizaram a concessionária a adotar as medidas necessárias para solicitar a instauração de processo de relicitação do Contrato de Concessão, conforme diretrizes da Lei nº 13.448/17. Adicionalmente, em 07 de maio de 2018, as controladas em conjunto Aeroportos Brasil S.A., Aeroportos Brasil Viracopos S.A. e Viracopos Estacionamentos S.A. protocolaram pedido de Recuperação Judicial, nos termos da Lei nº 11.101/05, que foi deferido pela juíza da 8ª. Vara Cível do Município de Campinas em 23 de maio de 2018, conforme descrito na referida nota explicativa. A implementação das ações acima e os possíveis efeitos sobre as operações das investidas mencionadas anteriormente depende de eventos futuros, que poderão ou não ocorrer, com o intuito principal de assegurar a continuidade de suas atividades. Essas condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional das referidas investidas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

## Outros assuntos

### Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (“DVA”), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos mencionados na seção intitulada “Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas” não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e semestre de exercício anterior

As Informações Trimestrais – ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado e resultado abrangente para o período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2018 e as mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do período de seis meses findos naquela data, obtidas das informações trimestrais – ITR daquele semestre e ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais – ITR do semestre findo em 30 de junho de 2018 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão com data de 07 de agosto de 2018, sem ressalva e contendo parágrafos de ênfases relacionados com a Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia e controladas, Recuperação Extrajudicial, Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da investida Aeroportos Brasil Viracopos S.A. e Investigação interna e relatório de auditoria datado de 08 de maio de 2019, com ressalva sobre as investigações envolvendo a Companhia e as controladas Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte e Rio Tibagi Serviços de Operações Ltda., parágrafo de Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional e parágrafos de ênfases da Recuperação Extrajudicial e da Continuidade operacional da controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A..

São Paulo, 07 de agosto de 2019.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/O-1

Eduardo Affonso de Vasconcelos

Contador – CRC-1SP166001/O-3

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais com o Relatório dos Auditores Independentes

### **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da BDO RCS Auditores Independentes SS sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido em 07 de agosto de 2019 e com as demonstrações contábeis relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2019.

São Paulo, 07 de agosto de 2019.

Carlo Alberto Bottarelli

Diretor Presidente

Marcos Paulo Fernandes Pereira

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais com o Relatório dos Auditores Independentes

### **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da BDO RCS Auditores Independentes SS sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido em 07 de agosto de 2019 e com as demonstrações contábeis relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2019.

São Paulo, 07 de agosto de 2019.

Carlo Alberto Bottarelli

Diretor Presidente

Marcos Paulo Fernandes Pereira

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores